

Eu Vou, Tu Vais, Ela Passa.

Uma construção material de visualização de dados sobre o invisível assédio sexual em espaços públicos



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
POR **THAÍS DE CASTRO OLIVEIRA LIMA**
ORIENTADO POR **LEANDRO VELLOSO**

CURSO DE **DESIGN**
FACULDADE DE **ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN**
UNIVERSIDADE DE **SÃO PAULO**
2024

**Para todas as mulheres que perderam a cabeça
neste mundo que as coage à sua normalidade.**

Este trabalho final de conclusão de curso concentra-se em como aproveitar o poder do design, mais especificamente com princípios de visualização de dados, para incentivar pessoas a refletir sobre o impacto cotidiano do assédio sexual para suas vítimas e promover debates que estimulem mudanças reais e duradouras para esse problema. O trabalho começa com uma revisão teórica dos principais conceitos para o foco principal da discussão do projeto, destacando as restrições sociológicas dessa violência simbólica e como ela é um problema cuja possível solução está na comunicação através do design da informação, seguida de uma contextualização e visão geral de uma análise de dados sobre a situação atual do assédio sexual contra mulheres no Brasil. Em seguida, serão apresentados os métodos e abordagens de pesquisa e seus principais achados. Essa etapa consistiu em uma densa revisão de literatura, a elaboração de um formulário de pesquisa on-line sobre a perspectiva dos brasileiros sobre o tema, além de entrevistas com profissionais relevantes da área de estudo, proporcionando a conceitualização descrita no capítulo de projeto juntamente com o sistema visual, chegando, enfim, ao resultado final. Este último é composto por uma visualização material de dados sobre uma das seções de perguntas do formulário de pesquisa que chama atenção para o impacto invisível do assédio sexual em espaços públicos na vida das mulheres vítimas desta violência.

Palavras-chave: assédio sexual, visualização de dados, design de informação, feminismo de dados, espaços públicos.

This final graduation project focuses on how to harness the power of design, more specifically with data visualization principles, to encourage people to reflect on the everyday impact of sexual harassment on its victims and promote debates that stimulate real and lasting change to this problem. The paper begins with a theoretical review of the main concepts for the main focus of the project's discussion, highlighting the sociological constraints of this symbolic violence and how it is a problem whose possible solution lies in communication through information design, followed by a contextualization and overview of a data analysis on the current situation of sexual harassment against women in Brazil. Next, the research methods and approaches and their main findings will be presented. This stage consisted of a dense literature review, the development of an on-line survey form on the perspective of Brazilians on the subject, as well as interviews with relevant professionals in the field of study, providing the conceptualization described in the design chapter together with the visual system, finally arriving at the final result. The latter consists of a material visualization of data on one of the question sections of the survey form that draws attention to the invisible impact of sexual harassment in public spaces on the lives of women who are victims of this violence.

Keywords: sexual harassment, data visualization, information design, data feminism, public spaces.

RESUMO

ABSTRACT

Introdução	10	CAPÍTULO 4 Resultados Finais	58
CAPÍTULO 1 Recapitulação Teórica	16	CAPÍTULO 5 Conclusões Finais	78
1.1 Sobre a visualização de <i>dados</i>			
1.2 A problemática do <i>assédio sexual</i>			
1.3 O <i>feminismo</i> nos dados			
1.4 Design político com <i>propósito</i>			
CAPÍTULO 2 Métodos e abordagens de Pesquisa	38	Agradecimentos	80
2.1 Relatório <i>Visível e Invisível</i>			
2.2 <i>Formulário</i> de pesquisa on-line: <i>(Como)</i> o Brasil <i>vê</i> o assédio sexual?			
2.2 Entrevistas			
	50	Referências	83
CAPÍTULO 3 O Projeto			
3.1 Conceitualização			
3.2 Materialização			
3.3 Elementos da <i>visualização</i>			

“As mulheres não têm sua própria linguagem, em vez disso, elas usam a linguagem dos outros. As mulheres não representam a si mesmas na linguagem; ao contrário, é por meio da linguagem que elas aceitam as representações de si mesmas produzidas pelos homens. Portanto, uma mulher fala e pensa, fala consigo mesma e pensa para si mesma, mas não a partir de si mesma.”

— CAVARERO, Adriana; RESTAINO, Franco. *Le Philosophie Femmine. Due secoli di battaglie teoriche e pratiche*. 2002. (Tradução livre)

INTRODUÇÃO

Ser mulher é a experiência mais paradoxal que se pode ter. Desde o momento em que respiramos pela primeira vez fora do útero, todas as nossas habilidades e limites de realização na vida nos são atribuídos com base na anatomia do nosso corpo. Pouco tempo depois desse momento, somos apresentados aos muitos brinquedos para meninas que nos ensinam o ofício feminino primordial: conjuntos de cozinha, bem como bonecas e suas respectivas casas.

É o primeiro treinamento prático em que aprendemos habilidades para o trabalho de cuidado, um emprego não remunerado em que as mulheres gastam quase três vezes (2,8) mais tempo do que os homens. Estima-se que os homens gastem, em média, 6,5% de seu dia (ou cerca de 1,6 horas) em trabalho de cuidado não remunerado e as mulheres, em média, quase 18% (4,3 horas)¹. Quando avaliada em um salário mínimo, a quantidade de tempo que passamos fazendo o trabalho reprodutivo, incluindo o trabalho doméstico, como limpar e cozinhar, bem como o trabalho de cuidado, como cuidar de crianças e de doentes e idosos, representaria uma contribuição para a economia global de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano, mais de três vezes o tamanho do setor global de tecnologia, de acordo com a pesquisa².

Hoje em dia, há uma grande possibilidade de estudar e conseguir um emprego remunerado para nós, mulheres, mas isso provavelmente não seria uma forma de corrigir a disparidade em relação aos homens, considerando que, do salário que ele ganha no mesmo cargo na mesma empresa em que você trabalha, você estará recebendo 13% a menos, em média, do valor total. Se você for uma mulher na União Europeia. Mas se você for uma mulher negra ou latina trabalhando nos EUA, essa disparidade pode chegar a 45% a menos³. Primeira lição aprendida: se você seguir os mesmos passos que os homens, eles ainda assim alcançarão um resultado mais alto e ficarão menos cansados.

Essa lacuna também se estende à história humana. A representação do mundo como o conhecemos é conceitualmente feita pelo trabalho dos homens, a partir de sua perspectiva e formulação da verdade. A lacuna de dados de gênero é outro paradoxo que vem do gênero feminino: a ressonância incapacitante que esse silêncio estrondoso pode provocar na vida das mulheres. As normas da nossa vida cotidiana são criadas a partir do padrão masculino que aceitamos como universal sem nem mesmo estarmos conscientes disso, na maioria das vezes. Exemplos de escolhas conscientes de nos “esquecer” seria o avanço da tecnologia que deixa de fora as opções de monitoramento do período menstrual nos aplicativos de saúde, que na era da inteligência artificial que já ajuda frequentemente os médicos a fazer diagnósticos e analisar exames, se tiverem um banco de dados deficiente de mulheres, certamente será mais difícil prevenir a chegada de um câncer de ovário. Se as mulheres consideradas “padrão” - ou seja, cisgênero, brancas e magras - correm perigo mesmo em uma posição privilegiada quando comparadas às mulheres negras, indígenas ou de cor, por exemplo, o dano causado pela onda de silêncio da lacuna de dados de gênero é ainda maior. Desde a escassa existência de tons de pele para bases de maquiagem a sistemas de

reconhecimento facial defeituosos programados apenas para reconhecer o contraste da pele de pessoas brancas, para dizer o mínimo. Portanto, a lição número dois sobre ser mulher: não espere que o mundo seja moldado em torno de você, porque eles nem sequer sabem o seu tamanho.

No contexto de corpos, os nossos são os menos conhecidos e estudados e, ainda assim, os mais perseguidos. Desde muito jovens, as mulheres são condicionadas a depositar seu valor próprio nas formas de seus corpos e em como eles se encaixam nos padrões de beleza que você deve seguir para ser considerada “digna” de um homem. “Use maquiagem, mas não exagere a ponto de parecer vulgar, nem coloque muito pouco para não parecer um menino”, “Seja magra, mas não muito magra a ponto de parecer bulímica, nem menos ouse comer ‘carboidratos’ e virar uma baleia”, “Use saias e vestidos para mostrar as curvas do seu corpo feminino, mas não mostre demais para não parecer promíscua, mas também não use saias muito longas para não parecer puritana”. Vale a pena mencionar como essas declarações são sempre seguidas de um fator condicional que supostamente nos incentiva a fazê-las: “ou você nunca conseguirá um namorado”. No fim das contas, nosso valor pessoal não tem a ver com a nossa relação com nosso próprio corpo, mas, sim, com o valor que os homens julgam que ele tem. Além de serem totalmente contraditórias e praticamente impossíveis de serem seguidas, essas exigências iniciais são pesadas de carregar, e passamos a vida colecionando cada vez mais peso externo, a ponto de ser literalmente sufocante, porque você não pode deixar que as pessoas vejam sua barriga “não suficientemente chapada”, então “segure firme, não respire e sorria”. Sorria sempre, “os rapazes gostam disso”. Terceira lição aprendida: é sempre sobre meninos. Até que não mais.

Nos primeiros parágrafos deste capítulo, apresentei uma visão geral de uma pequena fração do que pode ser a vida de uma mulher. Números estatísticos baseados em fatos comprovados foram apresentados, bem como exemplos práticos e histórias que, embora se baseiem na minha experiência particular, tenho certeza de que se aplicam basicamente a qualquer pessoa que leia este capítulo e que seja ou conheça uma mulher. Mas se eu começasse a falar diretamente sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, por exemplo, sem mostrar nenhuma pista sobre o que é isso ou como isso se manifesta em situações práticas, você provavelmente não entenderia essa parte do argumento ou até mesmo não acreditaria se isso fosse algo que você não encontra em seus contextos de vida, portanto, seria uma noção mais difícil de conceber em sua mente. Esses foram recursos retóricos deliberadamente escolhidos que usei para explicar e aproximar os leitores da situação retratada, sem que ela necessariamente correspondesse à vida real deles. Uma estratégia semelhante é usada para obter esse efeito “imersivo” com as visualizações de dados, porém sendo traduzidas para a forma visual da linguagem.

As mulheres aprendem a ter muita consciência sobre seus corpos, pois eles são vistos como uma espécie de gatilho para o comportamento da maioria

dos homens na sociedade. Minha própria experiência de viver sozinha em grandes cidades metropolitanas como São Paulo (Brasil) e Milão (Itália) há mais de seis anos, onde ando constantemente a pé e dependo muito do transporte público para me locomover pela cidade e chegar aos lugares, me deu uma noção ainda mais profunda da dominação masculina naturalizada do meu corpo e dos corpos de basicamente todas as mulheres e meninas que conheço e conheci na vida.

São os olhares sugestivos, os olhares inapropriados, os comentários indesejados sobre nossa aparência, os assobios, o contato físico, todos disfarçados por trás de uma fachada de “elogios” que só nos fazem sentir como um pedaço de carne cercado por predadores carnívoros. Nós nos sentimos expostas, violadas, desamparadas e, o pior de tudo, culpadas. O assédio sexual é um tipo de violência de gênero caracterizada pela culpa instantânea da vítima por instigar a ação violenta, embora sua natureza perversa nem sequer seja reconhecida pela sociedade em geral. É mais um paradoxo que enlouquece as mulheres, que definitivamente sabem e sentem os eventos traumáticos, mas as formas veladas como acontece deslegitima suas perspectivas da experiência. Essa violência pode acontecer com qualquer pessoa, de todos os gêneros e orientações sexuais, culturas e etnias, mas optei por me concentrar na experiência das mulheres, tanto por me identificar como tal quanto pelos dados inquietantes que mostram como é extremamente comum isso acontecer conosco — e como os homens são os agressores mais comuns.

Na verdade, não precisei de dados para me convencer da gravidade da situação — bastou olhar para trás em minhas próprias reflexões sobre a vida e identificar um padrão constante de pensamentos sobre minhas experiências trocadas em espaços públicos comuns. Percebi o impacto do medo de que algo traumático, como assédio sexual, aconteça comigo toda vez que saio de casa sozinha, com roupas “reveladoras” ou em um determinado horário do dia. Isso molda minhas escolhas de vida, limitando-as ao que parece mais seguro. Eu me vi no piloto automático, fazendo trajetos mais longos para evitar ruas mais frequentadas por homens, colocando uma camada extra de roupas para esconder meu corpo e não parecer “convitativa” para a atenção masculina, ficando automaticamente tensa e vigilante ao meu redor para ter certeza de que ninguém estava me seguindo e sentindo o alívio de ver outra mulher no mesmo espaço, especialmente em posições de autoridade, como motoristas. Isso só para mencionar as variantes mais comuns que eu e um grande número de mulheres encaramos diariamente. Tudo isso me levou a questionar as razões pelas quais isso parece tão nocivo e, ainda assim, todos à nossa volta parecem optar por desviar o olhar. Por que não consideramos uma ação como prejudicial se as vítimas sabem que se machucam e ficam traumatizadas? Por que a culpa é minha, em vez de ser de meninos e homens que iniciam uma agressão por vontade própria? E, acima de tudo, por que nunca vi pessoas debatendo isso proporcionalmente à intensidade em que ocorre, muito menos uma campanha que resultasse em uma mudança concreta e duradoura sobre esse cenário?

O que me impulsionou a adotar toda essa questão como a principal problemática do meu projeto de tese final foi a maneira como o design de comunicação pode captar um contexto multifacetado como o assédio sexual e unificar todas as suas variantes para chegar, não necessariamente a uma solução, mas a uma série de caminhos que podem ser seguidos para abordar progressivamente questões que envolvem a subjetividade da experiência humana. Entendo que nós, designers, somos treinados para identificar problemas e apresentar soluções por meio de uma metodologia que nos coloca no papel de “agente neutro”, que faz o trabalho de desenvolver e selecionar as melhores alternativas para o usuário com base na pesquisa que realizaram sobre ele. No entanto, as formas tradicionais de estruturar projetos de design podem criar vieses desde a primeira fase de pesquisa, comprometendo inconscientemente a objetividade de todo o trabalho.

As mulheres precisam estar constantemente enfatizando e defendendo suas declarações quando uma violência é cometida contra elas na tentativa de que sejam interpretadas suficientemente como confiáveis. Nossa versão é a primeira a ser colocada em perspectiva antes mesmo de abriremos a boca para contá-la. Isso já acontece frequentemente com a violência física, cuja prova é ilustrada por marcas gravadas em nossos corpos. É redundante mencionar como uma violência tão subjetiva quanto o assédio sexual é tratada quando consideramos que nossas palavras são a única prova - quando validadas como tal - que temos a oferecer se uma vítima compartilhar sua história com alguém. Esse alguém que pode acabar deliberando nossa verdade como questionável nem sempre é um homem, já que estamos todos no mesmo barco conduzido pela ideologia patriarcal embutida no algoritmo mental básico de todos. Quando falamos de violência simbólica, um conceito do sociólogo francês também abordado nesta pesquisa, temos de ter três coisas em mente para entender como ela é tão recorrente e difícil de combater:

1. Ela origina-se da submissão do gênero feminino ao masculino, herdada pela divisão sexual do trabalho que se justifica na “ordem natural das coisas”, incluindo a hierarquia entre eles.
2. O processo de socialização de mulheres e meninas introduz o medo e a auto culpabilização em casos de violência sexual, por exemplo.
3. Começa no nível inconsciente, portanto é invisível até que um estímulo externo provoque o surgimento desse raciocínio preconcebido em um nível consciente que nos permita questioná-lo.

Em outras palavras, os homens podem ser os principais autores do assédio sexual, mas sua perpetuação somente é possibilitada pelo inconsciente coletivo. Estudos recentes rejeitaram a noção de que as violências relacionadas a gênero, inclusive - e especialmente - as sexuais, chegam apenas ao nível da busca da satisfação dos desejos sexuais. Em vez disso, ela é usada como uma arma para que os homens provem e reforcem sua posição dominante na sociedade e também assegurem a seus semelhantes sua virilidade superior, o que os leva a realizar essas ações publicamente e com impunidade. Portanto, é certo afirmar que o assédio sexual contra

as mulheres é um problema profundamente enraizado na cultura e nas relações de poder da sociedade.

Quando não temos nosso próprio poder para nos defender, precisamos aprender a linguagem para nos comunicar e desafiar as estruturas de poder opressivas e suas desigualdades. E quem pode argumentar contra fatos reais? A estratégia que defendo neste projeto para quebrar o silêncio opressivo do assédio sexual contra as mulheres é investir na visualização de dados e em seus poderes retóricos para contar histórias mostrando evidências.

Este trabalho de conclusão de curso apresenta o desenvolvimento prático do projeto “Eu vou, Tu vais, Ela passa”, cujo embasamento teórico e pesquisa completa foram desenvolvidos no primeiro semestre de 2024 como parte da tese final do curso de *laurea magistrale* em *Design della Comunicazione* do *Politecnico di Milano*.

Uma recapitulação teórica retoma os principais achados da literatura sobre a problemática do assédio sexual e seu impacto na vida das mulheres, suas principais vítimas. Ao que esse tipo de assédio tem como palco principal espaços públicos, incluindo os meios de transporte público, o acesso ao ambiente coletivo da cidade e a opção de deslocar-se por ela é comprometido pelo medo constante de se expor a essa violência.

O primeiro capítulo também destaca assédio sexual é ato criminoso velado, naturalizado por uma sociedade cuja ordem impõe a opressão às mulheres, o que garante a grande dificuldade não só de investigar, mas até mesmo de reconhecer-lo para as vítimas e, em parte dos casos, agressores. A situação alarmante de casos de assédio no Brasil é exposta nos dados do relatório *Visível e Invisível: a Vitimização das Mulheres no Brasil*, que me incentivou a conduzir uma pesquisa para investigar como brasileiros enxergam esse problema e como pode interferir em suas vidas.

A partir da análise dos resultados, os capítulos seguintes abordam a conceitualização do projeto, sua materialização e os resultados finais da visualização de dados selecionados que por sua relevância, busca ilustrar dimensões cotidianas ocultas que moldam comportamentos e interações com o meio em que as vítimas de assédio sexual estão inseridas.

1.1 Sobre a visualização de dados

Estamos vivendo a era de ouro da visualização de dados - vemos gráficos em todos os lugares: em livros de ciências, jornais, mídias sociais, publicidade, livros didáticos, em forma de mapas, tabelas, gráficos, entre outras representações. Os meios de comunicação mais populares e respeitados já aderiram à ideia de usar a visualização de dados para transmitir uma mensagem poderosa, e um número cada vez maior de cientistas, jornalistas, ativistas e empresas está seguindo um caminho semelhante. O *New York Times* e o *Washington Post*, por exemplo, perceberam por meio de suas análises que sempre que estatísticas visuais são colocadas em uma história, ela se torna mais envolvente. Isso se deve ao fato de que as visualizações não são atraentes apenas por seus componentes gráficos, mas os números, entre outros componentes verbais, desempenham um papel importante para chamar nossa atenção para esse tipo de representação.

Alberto Cairo, designer e autor na área de infográficos e visualização de dados, destaca o forte efeito persuasivo que os números exercem sobre nós. Eles são instantaneamente associados à ciência e à razão, daí a sensação de objetividade e precisão que temos com dados e gráficos que nos permitem confiar cegamente na veracidade das informações apresentadas. As descobertas de um estudo realizado por estudantes da Universidade de Nova York (NYU) intitulado “The Persuasive Power of Data Visualization” (O poder persuasivo da visualização de dados) sugerem que a mera exposição aos dados já tem um efeito persuasivo - talvez, pelo menos em parte, devido ao maior senso de precisão que as evidências apoiadas por números carregam (Pandey et al., 2014). Além disso, eles desempenham um papel muito importante na condução de debates e na sustentação de

Os gráficos nos dão uma visão de raio X de contextos complexos, em que os padrões podem ser detectados em um piscar de olhos e, dessa forma, podem levar a mensagens mais persuasivas por meio de uma maior transferência de informações

argumentos porque os gráficos representam cenários reais baseados em evidências, ou seja, a verdade (ou pelo menos deveria ser). Os gráficos nos dão uma visão de raio X de contextos complexos, em que os padrões podem ser detectados em um piscar de olhos e, dessa forma, podem levar a mensagens mais persuasivas por meio de uma maior transferência de informações. Na maioria das vezes, eles são a melhor maneira de revelar padrões e tendências ocultos por trás dos números que encontramos em nossas vidas. Graças à imersão no ambiente digital, novas ferramentas que não exigem que o usuário seja um cientista de dados nos permitem ser agentes de disseminação de informações densas e relevantes em visualizações estruturadas por nós mesmos, em todo o setor.

Nós nos vemos tanto como comunicadores quanto como receptores da disseminação de informações relevantes apresentadas por meio de um argumento visual fortemente convincente. Junto com essas funções, vem a responsabilidade de usar fontes confiáveis de informações, ser capaz

de projetar gráficos suficientemente bem e garantir que eles cheguem ao número de pessoas que precisam das informações apresentadas. Já os leitores precisam ser capazes de interpretar, analisar e criticar essa visualização. Como Mark Monmonier argumenta em seu livro *Mapping it out: expository cartography for the humanities and social sciences (Mapeando: cartografia expositiva para as ciências humanas e sociais)*, para que sejamos considerados cidadãos educados em sistemas democráticos, precisamos de habilidades cognitivas que vão além da alfabetização, da articulação e do cálculo: precisamos ser mais grafocêntricos para que possamos ler e conceber gráficos que representem os dados corretamente (Monmonier, 1993).

No final das contas, a visualização de dados se tornou uma forma de democratizar a informação.

No final das contas, a visualização de dados se tornou uma forma de democratizar a informação. Em teoria, eles são esse espelho objetivo e exato da realidade, mas, na prática, os gráficos geralmente estão longe de ser neutros. Há um componente intrínseco que os torna uma arma ainda mais poderosa, para o bem ou para o mal, que é a história que eles contam e como ela é contada. Os mesmos atributos atraentes e persuasivos da visualização de dados podem nos enganar em relação à verdade se não estivermos atentos ou não formos leitores de gráficos suficientemente alfabetizados. “Um bom gráfico nos torna mais inteligentes” (Cairo, 2020), mas todos eles têm uma mensagem embutida intencionalmente escrita para definir como e quem pode acessar a verdade por trás dele.

1.1.1 Contando histórias e narrativas através de dados

Há uma perspectiva cognitiva que demonstra a resposta fisiológica de nossos mecanismos cerebrais em resposta às histórias. As duas áreas de nosso cérebro mais envolvidas com a narração de histórias são o córtex pré-frontal, responsável pela cognição e compreensão em uma base de memória de curto prazo, enquanto a amígdala processa essas informações com base em sua resposta emocional a elas, construindo a memória de longo prazo (Mar, 2004). Além das funções cerebrais, o neurocientista Paul J. Zak dedicou uma série de estudos para entender o comportamento químico relacionado quando estamos imersos nessas narrativas, descobrindo que as histórias emocionais acionam a liberação de oxitocina neuroquímica pelo cérebro. Os cientistas descobriram que esse neuroquímico pode afetar nossas atitudes, comportamentos e até mesmo crenças por induzir o vínculo social, a confiança e a empatia, motivando a reciprocidade. “Narrativas que nos fazem prestar atenção e também nos envolvem emocionalmente são as histórias que nos levam à ação”, afirma Zak. Esses fatores mostram como a narração de histórias aproveita as características cognitivas que fazem com que nossos cérebros sejam naturalmente “programados” para serem contadores de histórias.” Para o cérebro, boas histórias são boas histórias,

As melhores visualizações de dados são aquelas que acrescentam a camada emocional à narrativa

sejam elas em primeira ou terceira pessoa, sobre assuntos felizes ou tristes, desde que nos façam nos importar com seus personagens” (Zak, 2015).

As histórias são capazes não apenas de nos envolver, mas também de nos motivar a agir, especialmente aquelas que sustentam a atenção e geram ressonância emocional (Zak, 2015). Embora a narrativa com dados não siga a estrutura mais intuitiva e tradicional de “início, meio e revelação”, a adição de um nível mais alto de complexidade dos dados a difere da forma “visual + narrativa” da simples narrativa visual (Ryan, 2016). Mas esse pode ser outro aspecto que a torna tão influente e impactante, pois democratiza as informações que geralmente são monopolizadas pelos grupos mais instruídos da sociedade, que, na maioria das vezes, são seus principais sujeitos. Ela oferece à visualização um método didático para explicar informações complexas e densas com base em evidências a pessoas que não têm necessariamente um conhecimento prévio sobre o assunto, “ensinando” de uma forma que corresponde ao raciocínio lógico que nossas mentes já aplicam para entender o mundo. Isso atribui ao designer de dados visuais a grande responsabilidade de lidar com a simplificação de macroproblemas em uma síntese visual compreensível, sem deixar partes importantes de informações factuais para trás, ao mesmo tempo em que é capaz de contar histórias reais e fazer justiça à verdade.

As melhores visualizações de dados são aquelas que acrescentam a camada emocional à narrativa. E com “melhor” quero dizer mais eficaz na transmissão da mensagem principal pretendida para a visualização, e isso é uma questão de um design bem feito, e não de qualidade das informações apresentadas. As histórias de dados são extremamente eficazes para transportar o observador para o contexto que está representando, mas quando contadas de forma errada ou mal interpretadas, o destino da história das pessoas pode ir muito além da história que está sendo contada. O design ainda é uma área profissional realmente complexa que precisa ser explicada e até mesmo compreendida integralmente por sua própria comunidade de trabalhadores. É, de fato, uma profissão relativamente nova em comparação com o seu alcance, mas sua prática, no sentido de fazer coisas para um objetivo útil, é mais antiga do que o início da raça humana e foi o que permitiu o desenvolvimento tecnológico para chegarmos onde estamos hoje.

Uma profissão que reúne o conhecimento em uma gama tão abundante de esferas sociais certamente tem o poder de moldar quem se beneficia e tem acesso a esse conhecimento

Por sua correlação inextricável com a dinâmica socioeconômica, “o design é uma ferramenta que reflete os valores e as estruturas das ideologias dominantes” (Place et al. 2023). Ele tanto reforça quanto desafia nossos

modos de vida, ditando a que interesses serve, e isso torna o design político. Portanto, uma profissão que reúne o conhecimento em uma gama tão abundante de esferas sociais certamente tem o poder de moldar quem se beneficia e tem acesso a esse conhecimento, mas esse poder só passa para o designer quando ele entende quem o possui em primeiro lugar.

1.2 A problemática do assédio sexual

O assédio sexual em espaços públicos é o problema número 1 enfrentado por mulheres e meninas em todo o mundo¹. Ele é definido pela ONU como qualquer “ proposta sexual indesejada, solicitação de favor sexual, conduta ou gesto verbal ou físico de natureza sexual ou qualquer outro comportamento de natureza sexual que cause ofensa ou humilhação”. Esse é um dos inúmeros tipos de violência baseada em gênero sofridos principalmente por mulheres e meninas em todo o mundo e, embora geralmente não deixe marcas físicas em nossos corpos, sofrer esse tipo de violência pode comprometer nossa saúde mental. Seja no local de trabalho, em espaços e transportes públicos, na escola, na igreja, em festas ou até mesmo em casa, o assédio sexual não discrimina o contexto em que ocorre, mas “o que não sabemos sobre assédio sexual excede em muito o que sabemos” (Lengnick-Hall, 1995).

Na maioria dos casos, o assédio sexual é uma forma de assédio de gênero, com o objetivo de desprezar, diminuir e humilhar os indivíduos com base em seu gênero, e não de induzi-los algum tipo de atividade sexual

Há muitas concepções errôneas sobre o significado de assédio sexual em termos da natureza estritamente sexual associada a esse comportamento. Embora seja comum supor que a recompensa buscada pelo assediador envolva desejo sexual ou até mesmo romance, pesquisas recentes mostram que, na maioria dos casos, o assédio sexual é uma forma de assédio de gênero, com o objetivo de desprezar, diminuir e humilhar os indivíduos com base em seu gênero, e não de induzi-los algum tipo de atividade sexual (Cortina & Areguin, 2020).

Os estudos sobre assédio sexual só tiveram início na década de 1970, nos Estados Unidos, como consequência da ascensão dos movimentos feministas contra a discriminação de gênero no ambiente de trabalho e a violência contra a mulher. Foi a partir desse momento que o porquê desses comportamentos que humilhavam e deixavam as mulheres desconfortáveis foi finalmente trazido à discussão, com as primeiras tentativas de articular explicações baseadas principalmente na associação das origens do assédio sexual à sociedade patriarcal, em que os homens se estabeleceram como o grupo dominante no controle das mulheres, o que consequentemente também se estende à dinâmica de poder nos ambientes de trabalho e às hierarquias presentes. Em nosso contexto atual, não apenas os estudos sobre assédio sexual têm aumentado progressivamente, mas também há uma preferência por um foco multidimensional de pesquisa que contribua para uma compreensão mais precisa desse fenômeno e das variantes que envolvem a personalidade dos perpetradores e das vítimas dessa violência, bem como suas principais motivações e consequências decorrentes.

1.2.1 O impacto do assédio

Como qualquer outra forma de violência, o assédio sexual deixa marcas na vida de suas vítimas. Mesmo que não seja visível aos olhos, pesquisadores psicólogos descobriram as muitas maneiras pelas quais ele pode afetar nossos corpos e mentes, com um impacto direto em nossa saúde e em nossas relações sociais. Com foco no contexto dos espaços públicos, o que a ameaça de assédio sexual faz é mudar a relação entre as mulheres e as cidades, que definitivamente não foram projetadas para elas. A iminência de essa violência acontecer a qualquer momento reduz a liberdade de circulação das mulheres e meninas e sua capacidade de participar da educação, do trabalho e da vida pública. Isso limita o acesso a serviços essenciais e o aproveitamento de atividades culturais e recreativas, além de afetar negativamente sua saúde e bem-estar.

Se a discriminação contra as mulheres nos locais de trabalho já é um problema, refletido na diferença salarial entre homens e mulheres, por exemplo, para muitas delas, a pressão para ganhar dinheiro para si mesmas e para enviar para suas famílias não lhes deixa outra opção a não ser aceitar condições inseguras ao se deslocarem de e para os mercados ou fábricas. Quando refletimos sobre essa consequência privadora do assédio sexual em espaços públicos, podemos até pensar que esse é o primeiro obstáculo que enfrentamos na busca de boas oportunidades de trabalho: como as mulheres conseguirão um bom emprego se o deslocamento até o local de trabalho é uma ameaça cotidiana, em primeiro lugar?

No que se refere à saúde mental, níveis significativamente mais baixos de bem-estar psicológico geral e sintomas elevados de estresse pós-traumático são comumente encontrados em pessoas que já sofreram assédio sexual. Os danos psicológicos e emocionais documentados na literatura incluem reduções na satisfação com a vida, bem como sintomas de depressão, ansiedade e distúrbios alimentares (Harned & Fitzgerald 2002). Estudos também estabeleceram que o assédio sexual afeta a vida profissional das mulheres. Em uma ampla gama de setores e não restrito às mulheres brancas dos Estados Unidos, mas também aplicável às mulheres não brancas e de outros países, o assédio sexual no local de trabalho está relacionado à redução da satisfação das mulheres com o trabalho e ao afastamento da organização de várias formas (Lim & Cortina, 2005). Por exemplo, as mulheres se afastam de suas responsabilidades no trabalho, apresentando comportamentos como aumento do absenteísmo, atrasos e negligência nas tarefas, chegando ao ponto de considerar a possibilidade de abandonar totalmente o emprego. Em comparação com quem não sofreu assédio, as pessoas que sofreram assédio têm 6,5 vezes mais probabilidade de mudar de emprego.

Embora os resultados profissionais e psicológicos do assédio sexual tenham sido amplamente estudados. Um achado evidente é o declínio nas percepções gerais de saúde. Um estudo único (Schneideret al. 2001) demonstrou que o assédio de gênero (ou seja, ouvir um homem insultar a

competência da mulher) causa aumento da reatividade cardiovascular nas mulheres, e tanto a autculpa quanto o confronto (ou seja, deixar claro para o homem que ele estava passando dos limites) exacerbaram esse efeito.

A lista de danos provocados pela experiência de ser assediada sexualmente está longe de ser pequena e as consequências são alarmantes, pois comprometem substancialmente a saúde das mulheres. No entanto, parece que nunca nos preocupamos com isso ou sequer vemos esse assunto na pauta dos debates públicos de larga escala. Então, o que é que esse tipo de violência tem que, mesmo sendo capaz de causar um impacto tão prejudicial, não repercute como tal?

1.2.1 Uma violência velada

Em seu livro *Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu aborda a diferenciação que dita qual é o papel e o lugar “natural” na sociedade destinado às pessoas com base na dicotomia entre masculinidade e feminilidade. Embora a gama de gêneros e identificações de sexualidade seja muito mais profunda do que apenas o padrão cisgênero heterossexual tradicional de homens e mulheres, nossa sociedade em geral, pelo menos no contexto da supremacia branca ocidental, foi desenvolvida com raízes profundas em uma ideologia

A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como as pessoas às vezes dizem para se referir ao que é normal, natural, a ponto de ser inevitável

androcêntrica (centrada no homem) que ainda tem repercussão nos tempos contemporâneos. “A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como as pessoas às vezes dizem para se referir ao que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente tanto no estado objetivado - nas coisas (na casa, por exemplo, cada parte é ‘sexuada’), em todo o mundo social, quanto no estado incorporado no habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, pensamento e ação.” (Bourdieu, 2001, p. 8). Por meio dessa lógica, o mundo social concebe o corpo como uma realidade definida de forma assexuada e determina visões e divisões baseadas na diferença biológica entre os sexos. No caso dos corpos masculino e feminino, por exemplo, a distinção anatômica de seus órgãos sexuais pode aparecer como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, em particular, da divisão social do trabalho (Bourdieu, 2001).

Essa discussão sobre como a esfera sexual é um fator determinístico para a dinâmica social que conhecemos hoje é crucial para a compreensão das hierarquias de poder que constroem o mundo dominado pelos homens, nas quais nós, como produtos desse mundo, estamos inteiramente submersos, de modo que elas permanecem despercebidas ao mesmo passo que é onipresente. Há um conceito artificialmente construído de universalidade neutra, e a força da ordem masculina é vista no fato de que ela dispensa justificativa: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se explicitar em discursos que visam legitimá-la.

Na prática, as mulheres - ou qualquer pessoa que não pertença ao perfil masculino cisgênero branco - têm uma predisposição intrínseca a serem colocadas dentro dos limites de seu lugar e de seus deveres preestabelecidos pela logística androcêntrica em que vivemos.

Quem nunca ouviu a expressão “lugar de mulher é na cozinha” e achou que fazia sentido, já que um conjunto de cozinha era um dos “brinquedos de menina” mais populares, enquanto os meninos ganhavam armas falsas e carros de corrida quando você era criança? Na realidade, não há nada de errado em cozinhar ou em qualquer atividade do ofício relacionada a esse espaço; em vez disso, é a coerção dos papéis sociais nos quais nascemos que pode resultar em uma opressão naturalizada, comprometendo a liberdade e o espaço na sociedade daqueles que negam as regras preconcebidas. Das teorias de Sigmund Freud sobre o desenvolvimento psicosssexual deriva o conceito de perversidade polimorfa, que é relevante nesse contexto de uma construção simbólica de papéis e atributos de gênero apresentados como naturais e inerentes desde o momento em que somos introduzidos na sociedade, sugerindo que as crianças pequenas têm uma capacidade flexível e ampla para o prazer sexual que mais tarde se torna restrita e organizada em um comportamento sexual adulto socialmente aceitável por meio do desenvolvimento psicológico e da socialização. Isso se traduz no fato de as crianças serem condicionadas a seguir o artefato social do “homem másculo” ou da “mulher feminina” (Freud, 1905).

A incorporação dessa dominação também é um reflexo do ato da relação sexual em si, que aparece como uma relação social fundamentada no princípio da divisão no homem ativo, que expressa o desejo de posse, dominação erotizada, enquanto a mulher passiva baseia seu desejo de dominação masculina como uma subordinação erotizada ou até mesmo o reconhecimento da dominação. Ser o chamado “homem másculo” é

O termo “simbólico” não exclui os efeitos reais e concretos desse tipo de violência para suas vítimas, mas se refere à sua invisibilidade para os grupos dominantes da sociedade - homens, mulheres e pessoas em geral que consentem com essa estrutura naturalizada de hierarquia de poder

reafirmar constantemente uma capacidade viril em relação aos corpos femininos, um vínculo direto estabelecido entre sexualidade e poder que resulta em uma humilhação deliberada se alguém expressar até mesmo um vislumbre do que é considerado um comportamento submisso feminino.

O conceito de violência simbólica é introduzido por Bourdieu, no qual o termo “simbólico” não exclui os efeitos reais e concretos desse tipo de violência para suas vítimas, mas se refere à sua invisibilidade para os grupos dominantes da sociedade - homens, mulheres e pessoas em geral que consentem com essa estrutura naturalizada de hierarquia de poder. “O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da

consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma” (Bourdieu, 2001, p.50).

A única maneira pela qual a violência simbólica é aceita e perpetuada na sociedade é a internalização de normas e valores sociais por meio do habitus, ou seja, o conjunto profundamente arraigado de disposições moldadas pela educação e pelo ambiente social de uma pessoa, que induz os grupos dominados a aceitar a ordem social como natural e evidente, inclusive os papéis de gênero e as relações de poder. É o reconhecimento errôneo da legitimidade da opressão pelos próprios oprimidos, o que pode levar a um tipo de autodepreciação sistemática, até mesmo à auto-negação e, de modo mais geral, à adesão a uma imagem degradante de uma mulher, por exemplo, no contexto da dominação masculina. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural” (Bourdieu, 2001, p.47).

Em outras palavras, as mulheres têm suas percepções de si mesmas moldadas de acordo com o que a opressão de gênero as define: inerentemente inferiores, projetadas para se conformar a quaisquer limites que os papéis

Pode ser invisível para a sociedade - bem como para as vítimas nos casos em que não se tem conhecimento suficiente sobre o assunto para identificar um evento como assédio sexual - mas, infelizmente, isso não significa que não aconteça em grande escala em todo o mundo.

de gênero tenham a oferecer, com o dever de seguir as expectativas e a aprovação da sociedade - e dos homens - e, ao mesmo tempo, sem querer e/ou sem querer, são cúmplices e se sentem merecedoras de sua própria opressão.

Todos os aspectos que Bourdieu descreve sobre a violência simbólica correspondem exatamente à natureza da violência de gênero na forma de assédio sexual. Por meio do que ele chama de “força simbólica”, os transgressores do sexo masculino exercem seu poder sobre o corpo das mulheres sem restrições físicas, mas que ainda são profundamente sentidas no corpo, desencadeando a manifestação de uma série de resultados negativos, como vergonha, humilhação, timidez, ansiedade e culpa, sendo esta última o principal ponto de convergência com o conceito de Bourdieu. Ele também se refere à violência simbólica como uma “violência suave, imperceptível e invisível até mesmo para suas vítimas, exercida, em sua maior parte, por meio de canais puramente simbólicos de comunicação e cognição (mais precisamente, reconhecimento errôneo), reconhecimento ou até mesmo sentimento” (Bourdieu, 2001, p.1-2), o que exige duas ressalvas importantes.

Primeiro, o assédio sexual, ou qualquer tipo de violência de gênero que se enquadre no espectro simbólico, não é suave ou imperceptível para suas vítimas. As mulheres e todas as pessoas suscetíveis a serem assediadas

diariamente em espaços e transportes públicos, no trabalho ou nas escolas sabem exatamente a intensidade do impacto em suas vidas - e não é leve. Em segundo lugar, pode ser invisível para a sociedade - bem como para as vítimas nos casos em que não se tem conhecimento suficiente sobre o assunto para identificar um evento como assédio sexual - mas, infelizmente, isso não significa que não aconteça em grande escala em todo o mundo. Porque acontece.

Estamos sempre na mira do assédio sexual em todos os cantos do mundo, e o Brasil não é exceção à regra

45% a 55% é a porcentagem de mulheres que sofreram assédio sexual desde os 15 anos de idade na União Europeia, de acordo com uma pesquisa realizada pela UE em 2014. Em 2016, a ActionAid realizou uma pesquisa sobre assédio de rua em vários países, descobrindo que 79% das mulheres que vivem em cidades na Índia e 86% na Tailândia foram submetidas a assédio ou violência em público, assim como 75% das mulheres em Londres, no Reino Unido. No mesmo ano, o Movimento de Mulheres da Pátria da América Latina divulgou um estudo revelando que 100% das mulheres da cidade de Buenos Aires sofreram assédio nas ruas, sendo que metade delas enfrentou comentários sexualmente explícitos, 59% relataram gestos obscenos, 47% foram seguidas por um homem e 37% relataram ter a genitália de um homem exposta a elas. Estamos sempre na mira do assédio sexual em todos os cantos do mundo, e o Brasil não é exceção à regra.

1.3 O feminismo nos dados

O design pode não ter uma definição única que abranja todos os desafios para os quais ele é capaz de criar uma solução, mas uma coisa que converge todas as diferentes áreas projetuais do design é a maneira inevitável pela qual elas refletem as hierarquias de poder profundamente enraizadas na sociedade. Nosso relacionamento com o design tornou-se praticamente inevitável desde algumas décadas atrás, de modo que cada aspecto de nossa existência se conecta com artefatos, espaços, sistemas e/ou tecnologias de design. Ele medeia nossos relacionamentos, nosso trabalho, nossa comunicação, nossa saúde, nossas comunidades, nosso senso de identidade e assim por diante.

Por exemplo, graças às nossas habilidades cognitivas naturais orientadas para a visualização e à forma como navegamos pelo mundo, o design de visualização de dados se mostra uma ferramenta altamente influente para que os seres humanos detectem as diferentes realidades ao seu redor. Sim, o design pode nos tornar mais inteligentes e otimizar inúmeras áreas de nossas vidas, mas ainda é um produto de sistemas opressivos nos quais nossa sociedade se baseia. Portanto, por mais que seja apresentado como a solução, o design ainda faz parte da perpetuação do problema.

O livro *Feminist Designer*, da designer, educadora e pesquisadora Alison Place, traz à tona uma discussão na qual a teoria do design e do feminismo se cruzam para propor e abrir espaço para formas alternativas de fazer design, além de examinar as maneiras pelas quais os artefatos e sistemas projetados, bem como os processos e métodos de design, reforçam ou menosprezam a opressão na interseção de gênero, raça, classe e outras identidades situadas. “Em nosso mundo cada vez mais globalizado - e em nosso mundo cada vez mais projetado - os designers precisam entender as complexidades do poder e ser responsabilizados pelo papel que desempenham em sistemas sociais, políticos, econômicos e ambientais mais amplos”.

De fato, o design é uma prática social e cultural que está profundamente entrelaçada com estruturas de poder não equitativas, e isso precisa ser considerado quando pensamos em como nós, designers, estamos inevitavelmente em uma posição de poder que constrói as gerações presentes e futuras do mundo.

A conexão entre o feminismo e o design está no fato de ambos serem “esforços coletivos para moldar as experiências humanas”, de modo que compartilham objetivos mutuamente benéficos. “O design proporciona um meio para colocar a teoria feminista em ação, e o feminismo proporciona uma estrutura para tornar essa ação mais equitativa e benéfica para a experiência vivida de pessoas reais”, diz Place. “Em sua raiz, o design é uma forma de pensar, aprender e se envolver com o mundo. Assim como o feminismo.” A ampla gama de definições e interpretações diversas sobre o que é feminismo é outra característica que ele compartilha com o design. Para isso, vamos entender por feminismo a crença que alguém tem na igualdade social, política e econômica entre os gêneros.

A maioria das discussões feministas diz respeito estritamente à questão do poder, pois se baseia na crítica à subordinação de gênero, analisando suas interseções com outras formas de subordinação e vislumbrando perspectivas de resistência e emancipação individual e coletiva.

Quanto ao poder, ele se refere à configuração atual do privilégio estrutural e da opressão estrutural, em que alguns grupos experimentam vantagens não merecidas - porque vários sistemas foram projetados por pessoas como eles e funcionam para eles - e outros grupos experimentam desvantagens sistemáticas - porque esses mesmos sistemas não foram projetados por eles ou com pessoas como eles em mente.

É preciso mais de um gênero para que haja desigualdade de gênero e mais de um gênero para trabalhar em prol da justiça

Por outro lado, Simone de Beauvoir estabelece uma perspectiva para analisar o poder entre a dicotomia feminina e masculina em seu livro *O Segundo Sexo*: “Ela é definida e diferenciada com referência ao homem e não ele com referência a ela; ela é o incidental, o inessencial em oposição ao essencial. Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto - ela é o outro (Beauvoir, 1949). Isso serve como metáfora para muitas dinâmicas diferentes entre marginalizados e dominantes na sociedade, porque a complexidade da análise de poder envolve interseccionalidades e hierarquias complexas entrelaçadas, por exemplo, como as mulheres brancas são penalizadas por seu gênero, mas privilegiadas por sua raça. O contexto normalmente dita a classificação de um indivíduo como opressor, membro de um grupo oprimido ou simultaneamente opressor e oprimido (Collins, 2009).

A relação do design com o poder definitivamente não pode ser entendida sob a simples divisão de quem se beneficia e quem é prejudicado. Boas intenções e perspectivas de ângulo único não são suficientes para desafiar estruturas de poder profundamente enraizadas. Elas não são “um enigma do qual podemos nos livrar com ‘diversidade-equidade-inclusão’”. (Place, 2023, p.17). É preciso persistência para iniciar um processo contínuo de contestação e desaprendizagem, reconhecendo e adotando a complexidade da opressão e as inúmeras formas que ela pode assumir, de modo a criar espaço para novas maneiras de navegar, criticar, redistribuir e desconstruir o poder por meio do design. As cientistas de dados e professoras Catherine D’Ignazio e Lauren F. Klein acreditavam firmemente que, para fazer isso de forma eficaz, a ciência de dados era o caminho a ser seguido. E a partir da ideia de que “os dados podem fazer bem ao mundo”, elas escreveram um livro incrivelmente perspicaz sobre o assunto, intitulado *Data Feminism*.

Data Feminism ou “feminismo de dados” é uma forma de pensar sobre os dados, tanto seu uso quanto seus limites, que é informada pela experiência direta, por um compromisso com a ação e pelo pensamento feminista interseccional (D’Ignazio e Klein, 2020). É importante destacar que não se trata apenas de mulheres. É preciso mais de um gênero para que haja

desigualdade de gênero e mais de um gênero para trabalhar em prol da justiça. O ponto de partida para iniciar a conversa sobre esse tópico foi algo que D’Ignazio e Klein apontaram como não reconhecido na ciência de dados: o fato de que o poder não é distribuído igualmente no mundo. “O feminismo de dados, assim como a justiça, deve continuar sendo tanto uma meta quanto um processo, um processo que oriente nossos pensamentos e nossas ações à medida que avançamos em direção à nossa meta de refazer o mundo. “Dados e design estão estritamente relacionados. A eficiência de um projeto de design depende principalmente de uma primeira fase consistente de pesquisa que, posteriormente, se transforma em dados que orientarão o resultado bem-sucedido de um produto que atenda aos requisitos e às necessidades dos usuários. Dito isso, o design é um meio para os dados.

Em nosso mundo contemporâneo, os dados também são poder, e refletirão a dinâmica desigual do contexto do qual os dados foram extraídos, dependendo de como o designer os utiliza. Para orientar qualquer pessoa que trabalhe com dados, D’Ignazio e Klein desenvolveram sete princípios para o feminismo de dados:

Examinar o poder: O feminismo de dados começa com a análise de como o poder opera no mundo.

Desafiar o poder: O feminismo de dados se compromete a desafiar as estruturas de poder desiguais e a trabalhar em prol da justiça.

Elevar a emoção e a corporificação: O feminismo de dados nos ensina a valorizar várias formas de conhecimento, inclusive o conhecimento que vem das pessoas como corpos vivos e sensíveis no mundo.

Repensar binarismos e as hierarquias: O feminismo de dados exige que desafie o binarismo de gênero, juntamente com outros sistemas de contagem e classificação que perpetuam a opressão.

Abraçar o pluralismo: O feminismo de dados insiste que o conhecimento mais completo vem da síntese de várias perspectivas, com prioridade para as formas de conhecimento locais, indígenas e experimentais.

Considerar o contexto: O feminismo de dados afirma que os dados não são neutros ou objetivos. Eles são produtos de relações sociais desiguais, e esse contexto é essencial para a realização de uma análise precisa e ética.

Tornar o trabalho visível: O trabalho da ciência de dados, como todo trabalho no mundo, é o trabalho de muitas mãos. O feminismo de dados torna esse trabalho visível para que possa ser reconhecido e valorizado.

“Individualmente e em conjunto, esses princípios emergem da fundação do pensamento feminista interseccional.” (D’Ignazio e Klein, 2020, p. 130).

1.3.1 Examinando o poder

O primeiro dos sete princípios do feminismo de dados estabelecidos por D'Ignazio e Klein é “examinar o poder”, afirmando que ele “começa analisando como o poder opera no mundo”. Isso significa “nomear e explicar as forças de opressão que estão tão presentes em nossa vida diária - e em nossos conjuntos de dados, bancos de dados e algoritmos - que muitas vezes nem as vemos”. Há muito tempo, a coleta de dados tem sido empregada como uma técnica para consolidar o conhecimento sobre de quem são os dados que estão sendo coletados, e é assim que ela carrega o efeito de perpetuar sistemas falidos baseados na opressão.

“A opressão envolve o maltrato sistemático de certos grupos de pessoas por outros grupos. Isso acontece quando o poder não é distribuído igualmente - quando um grupo controla as instituições da lei, da educação e da cultura e usa seu poder para excluir sistematicamente outros grupos e, ao mesmo tempo, dar vantagens injustas ao seu próprio grupo (ou simplesmente manter o status quo). Quando nos referimos especificamente à opressão de gênero, “o sexismo, o cissexismo e o patriarcado que são evidentes em tudo, desde a representação política até a diferença salarial e quem fala com mais frequência (ou mais alto) em uma reunião” (D'Ignazio e Klein, 2020).

Problemas que não afetam ou são vivenciados por homens heterossexuais cisgênero nunca estão no topo da lista de questões a serem tratadas, porque estar no topo limita a perspectiva de alguém sobre pessoas abaixo dele

A matriz de dominação

A dinâmica e os mecanismos desses sistemas são complexos, mas a influente socióloga Patricia Hill Collins criou o conceito de “matriz de dominação” em seu texto *Black Feminist Thought (Pensamento Feminino Negro)*, que explica como quatro domínios interligados configuram os sistemas de poder e influenciam nossa experiência com eles. O primeiro da lista é o domínio estrutural, que representa a esfera das leis e políticas implementadas por escolas e instituições. Por exemplo, “é o domínio que organiza e codifica a opressão”.

Um exemplo prático dessa opressão institucionalizada é como, até 2023, as mulheres no Brasil só podiam fazer um procedimento de esterilização para evitar a gravidez com o consentimento formal de um parceiro e não podiam fazê-lo enquanto estivessem hospitalizadas para realizar o parto. Uma nova lei só entrou em vigor em março de 2023, mas desde que a legislação anterior tinha entrado em vigor em 1996, a escolha do método contraceptivo que as mulheres podiam obter dependia da vontade de outra pessoa de ter filhos ou não, além

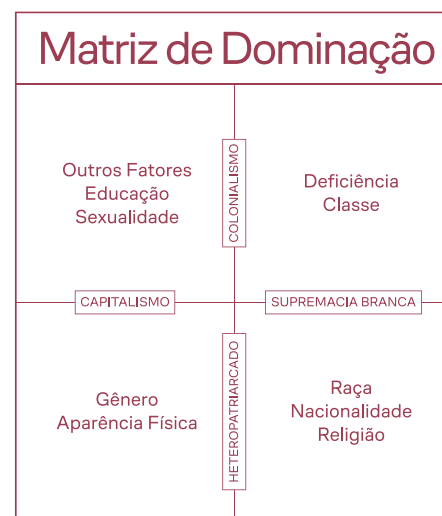


Figura 1
Fatores condicionantes da matriz de dominação em relação às forças de poder

de forçar as mães a se submeterem aos riscos de um procedimento médico adicional, uma vez que a realização do bloqueio das trompas de falópio não podia ser feita junto com o parto.

A legislação, no entanto, manteve a exigência de declarar a cirurgia em um documento escrito e assinado. Entre a manifestação da vontade e a cirurgia de esterilização - que deve ser solicitada com pelo menos 60 dias de antecedência - a pessoa interessada passará por aconselhamento de uma equipe médica, quando receberá orientações sobre as vantagens, desvantagens, riscos e eficácia do procedimento. Isso representa o domínio disciplinar, definido por Collins como o domínio que administra e gerencia a opressão por meio da burocracia e da hierarquia, em vez de por meio de leis que codificam explicitamente a desigualdade com base na identidade de alguém. Na verdade, esses dois domínios só funcionam efetivamente por causa do domínio hegemônico, que envolve a esfera da cultura, da mídia e das ideias. Políticas e práticas discriminatórias em direitos reprodutivos femininos só podem ser promulgadas em um mundo que já circula ideias opressivas sobre, por exemplo, quem possui a autonomia do corpo de uma pessoa que poderia engravidar em primeiro lugar. “A função hegemônica é a mesma: consolidar ideias sobre quem tem o direito de exercer o poder e quem não tem” (D'Ignazio e Klein, 2020).

O quadrante final da matriz de dominação é o domínio interpessoal, que influencia a experiência cotidiana dos indivíduos no mundo. Este domínio de poder leva em consideração como nós, como indivíduos com nossas próprias ideologias e consciência, reagimos quando confrontados diretamente com a subordinação dos outros. Diz respeito a como cada um de nós está disposto a perpetuar o privilégio de grupos dominantes enquanto oprime injustamente grupos minoritários. O conceito da matriz de dominação explicita uma divisão entre grupos dominantes e minoritários. O último termo difere de “minoría” no sentido de que não diz respeito a um grupo de poucas pessoas, mas sim a uma parcela da sociedade coercivamente marginalizada pelos grupos dominantes que detêm mais poder econômico, social e político.

Em um mundo saturado de dados, o que está faltando ilustra o que e quem é considerado suficientemente importante em nossa cultura

Em nossa sociedade heteropatriarcal, um “sistema sociopolítico onde principalmente homens cisgêneros e heterossexuais têm autoridade sobre mulheres cisgêneros e pessoas com outras orientações sexuais e identidades de gênero” (Place et al. 2023). O que isso significa na prática é: problemas que não afetam ou são vivenciados por homens heterossexuais cisgênero nunca estão no topo da lista de questões a serem tratadas, porque estar no topo limita a perspectiva de alguém sobre pessoas abaixo dele. Essa ignorância intencional ou não é o efeito do risco do privilégio.

O risco de privilégio é “o fenômeno que faz com que aqueles que ocupam as posições mais privilegiadas entre nós - aqueles com boa educação, credenciais respeitadas e elogios profissionais - estejam tão mal equipados para reconhecer casos de opressão no mundo”. (D’Ignazio e Klein, 2020). Isso se manifesta no domínio interpessoal da matriz de dominação, em que os grupos dominantes não têm o conhecimento empírico que vem da experiência vivida, dificultando a construção da ponte de empatia que lhes permitiria identificar e resolver problemas que não afetam suas vidas, mas pioram a vida de todos os outros - e que geralmente são causados por suas ações em primeiro lugar.

Como consequência de viver em uma sociedade, a coletividade amplifica esses efeitos prejudiciais aos domínios hegemônicos, disciplinares e estruturais, o que inclui a mídia e a cultura, afetando também o design de comunicação (D’Ignazio e Klein, 2020). Voltando à área de dados e design, tanto a matriz de dominação quanto o risco de privilégio são conceitos importantes para entender as ameaças à igualdade que eles podem acarretar. Quando se trata de ciência de dados, as mulheres são altamente sub-representadas. De acordo com a organização britânica *Women In Data*, o número de analistas e cientistas de dados do sexo masculino supera o de suas colegas do sexo feminino em 4 para 1. A falta de diversidade nas equipes de dados contribui para manter a hegemonia dos grupos dominantes, pois eles são responsáveis por decidir quais dados serão coletados, como serão coletados e processados e as intenções por trás da aquisição dessas informações. É por isso que os dados nunca são neutros: “eles são sempre o resultado tendencioso de condições sociais, históricas e econômicas desiguais” (D’Ignazio e Klein, 2020, p. 39). A associação instantânea com a objetividade e uma representação precisa da verdade que associamos a números e dados estatísticos, mencionada anteriormente no início desta discussão, induz nossa mente a acreditar que a representação dos dados é verdadeira. E geralmente são. Mas, além de ter o conhecimento visual dos dados para decodificá-los, isso também depende de quanto da verdade está sendo mostrada para nós.

Quem produz os dados escolhe a história a ser contada e enfatiza publicamente os traços de realidade que melhor atendem a seus próprios interesses. Considerando que os grupos dominantes - também conhecidos como homens brancos cis - criam a maioria dos nossos produtos de dados, a ignorância do risco do privilégio resulta em histórias com uma única perspectiva ou em nenhuma história contada sobre as minorias. “O ônus recai consistentemente sobre aqueles que estão mais intimamente familiarizados com o risco do privilégio - tanto na ciência de dados quanto na vida - para chamar a atenção dos criadores desses sistemas para suas limitações.” (D’Ignazio e Klein, 2020, p. 29).

O que diz respeito especificamente às mulheres que os homens deixam de levar em conta abrange uma série de áreas, mas tópicos cruciais como o corpo feminino e a violência masculina contra as mulheres são questões que os homens esquecem porque não as vivenciam

Um dos efeitos do risco de privilégio não é apenas a falsa neutralidade dos dados, mas também as pessoas cujos dados não estão sendo coletados. Em um mundo saturado de dados, o que está faltando ilustra o que e quem é considerado suficientemente importante em nossa cultura. Em seu livro *Invisible Women (Mulheres invisíveis)*, a autora de *best-sellers* Caroline Criado Perez apresenta o conceito de déficit nos registros da história da humanidade. Desde a pré-história até os tempos modernos, “os cronistas do passado deixaram pouco espaço para o papel da mulher na evolução da humanidade, seja cultural ou biológica”, diz Perez. Por outro lado, vemos todos esses eventos por meio de lentes aparentemente universais que consideram apenas a história masculina. “Quando se trata da outra metade da humanidade, muitas vezes não há nada além de silêncio” (C. Perez, 2019 p. XI).

Somos ensinados a considerar a norma masculina como universal, e isso inclui considerar a verdade dos homens como a única. O que diz respeito especificamente às mulheres que os homens deixam de levar em conta abrange uma série de áreas, mas tópicos cruciais como o corpo feminino e a violência masculina contra as mulheres são questões que os homens esquecem porque não as vivenciam. De acordo com Molly Crocket, professora associada de psicologia experimental da Universidade de Oxford, presumimos que nossas próprias experiências e formas de pensar são geralmente compartilhadas com o restante dos seres humanos. Isso geralmente é chamado de “viés de projeção”, em que é normal presumirmos que todos ao nosso redor têm as mesmas necessidades e problemas. Porém, quando estendido a homens brancos, que já veem um mundo que reflete seus traços culturais e suas experiências, o viés projetado se amplia e se transforma nesse viés de confirmação que torna ainda mais fácil para eles olharem ao redor e verem a neutralidade do que é considerado padrão, mas geralmente é um viés masculino disfarçado de neutralidade de gênero.

É fundamental prestar muita atenção aos espaços negativos a fim de coletar, analisar e interpretar dados. Isso se aplica tanto aos cientistas de dados quanto a qualquer pessoa que se encontre diante de um gráfico, e dados confiáveis são fundamentais para um gráfico confiável. Embora seja possível afirmar que os seres humanos, como um grupo coletivo, mal conseguem raciocinar sozinhos quando estão cercados por pessoas que pensam da mesma forma, Alberto Cairo reforça que “dados e gráficos podem salvar vidas e mudar mentes” (Cairo, 2019, p. 18). Sua clareza e persuasão são fundamentais em diálogos e facilitadores de conversas que devem ser usados por nós, leitores, como tal, porque nosso propósito ao usar gráficos é importante.

O grande efeito de um bom gráfico para melhorar nossa compreensão de um assunto e ampliar nossa imaginação ao fornecer *insights* a partir de números vem com a responsabilidade ética de usá-los como a poderosa ferramenta para desafiar sistemas opressivos que eles são.

Ao se comunicar com os dados como um argumento baseado em evidências, sua eficiência está em encontrar o grupo ou a entidade certa com influência suficiente para levar à ação para mudar o problema que você está abordando

1.3.2 Desafiando o poder

O primeiro passo ao se comunicar com dados para promover a justiça é reconhecer todas as dinâmicas complexas do poder distribuído de forma desigual na sociedade. O próximo passo é desafiá-lo. Um segundo princípio do feminismo de dados, desenvolvido por Catherine D'Ignazio e Lauren F. Klein, propõe a importância de se perguntar: 1 - a quem é preciso mostrar os danos do nosso sistema e 2 - que tipo de prova é necessária para fazê-los acreditar que essa opressão é real. É inegável que os grupos e as instituições dominantes são os que, ao privilegiarem seus próprios interesses sociais, políticos e econômicos, assumem grande parte da responsabilidade pelos problemas estruturais da sociedade, embora o fenômeno que descrevemos como risco de privilégio torne improvável que eles vejam que esse problema existe em primeiro lugar (D'Ignazio e Klein, 2020). Mas a teoria da mudança que motiva os esforços para usar os dados como evidência, ou “prova”, é que, ao serem conscientizados sobre a extensão do problema, os detentores do poder serão levados a agir.

Ao se comunicar com os dados como um argumento baseado em evidências, sua eficiência está em encontrar o grupo ou a entidade certa com influência suficiente para levar à ação para mudar o problema que você está abordando. Além disso, o meio em que os dados são comunicados também pode aumentar o apelo da mensagem que você deseja transmitir com esses dados. Por exemplo, a mídia convencional, como um jornal ou programa de TV de alto nível, que acaba sendo apenas um lugar branco e masculino o suficiente para concentrar grande atenção, pode de fato levar as pessoas a agir. Tudo se resume ao poder de influência. No entanto, a credibilidade associada a quem está se comunicando e o assunto da análise do problema sempre podem prejudicar a confiabilidade.

Um dos principais problemas ao tentar desafiar o poder com dados centrados nas mulheres não se restringe à quantidade de dados coletados, mas sim ao respaldo que eles recebem para serem classificados como suficientemente relevantes. Mais dados nunca serão suficientes se os grupos mais poderosos não quiserem ouvir as pessoas que diferem deles. “Embora a análise e a exposição da opressão para responsabilizar as instituições possam ser extremamente úteis, sua eficácia vem com duas ressalvas. As provas podem facilmente se tornar parte de um ciclo interminável se não forem acompanhadas por outras ferramentas de envolvimento comunitário, organização política e protesto. Qualquer evidência baseada em dados pode ser minimizada porque não é “grande” o suficiente, não é “limpa” o suficiente ou não é “digna de notícia” o suficiente para justificar uma resposta significativa das instituições que têm interesse em manter o status quo” (D'Ignazio e Klein, 2020, p. 58).

O que as autoras do *Data Feminism* destacam com isso é que sempre se exige que os dados de grupos minoritários sejam maiores e, com muito mais frequência, que os fatos sejam verificados. Os dados, por si só, nem sempre levam a mudanças, pois estão ligados desde a raiz a uma estrutura de poder altamente complexa que é a matriz de dominação, colocando em jogo muito mais do que simplesmente projetar dados. É necessário ampliar a perspectiva unilateral daqueles que estão sob o risco do privilégio, levando em consideração o tempo, a história e o poder diferencial para avançar em direção à justiça, para dar autonomia às comunidades afetadas sobre como enfrentar seus problemas, ouvindo-as. É preciso se considerar o contexto.

1.4 Design político com propósito

“Entender o privilégio deve ser uma porta de entrada para criar meios de vida para os outros.”

— BUSH, Sophia (2021).

Quando usado para evocar e envolver questões políticas, DiSalvo o chama de “design adverso”. Considerando o design como a profissão denominada, mas expandindo-o para várias práticas relacionadas à construção de nossos ambientes visuais e materiais, o autor destaca a capacidade de influência do design como um significado criativo para motivar o pensamento crítico sobre questões sociais por meio do agonismo. “O design adverso é um tipo de produção cultural que realiza o trabalho de agonismo por meio da conceituação e da criação de produtos e serviços e de nossas experiências com eles.” É uma prática de design que nos faz questionar as coisas e buscar mudanças. O agonismo, nas palavras de DiSalvo, é “uma condição de discordância e confronto - além de contestação e dissenso”. Isso tem a ver com o fato de a democracia ser um processo contínuo de pensar e repensar a vida à medida que a cultura muda ao longo do tempo, porque a contestação é o que faz a democracia funcionar. É necessário que haja espaços de confronto para que ocorram debates democráticos e que todos possam ter acesso às discussões que dizem respeito a seus próprios direitos. “O objetivo mais básico do design adverso, diz DiSalvo, é ‘criar esses espaços de confronto e fornecer recursos e oportunidades para que outros participem da contestação’ (DiSalvo, 2012, p. 5).

Discutir as violações de direitos das mulheres em consequência da violência de gênero naturalizada em nossa sociedade tem tudo a ver com política, porque ser humano já é político. A política é uma condição de vida de contestação repetida de forças e ideais (DiSalvo, 2012), e essa contestação inclui a exposição de histórias de opressão para desafiar o poder dos opressores, que é exatamente o que o design de comunicação faz com a visualização de dados. A visceralização dos dados, como mencionam Catherine D’Ignazio e Lauren F. Klein, ocorre quando nos deparamos com gráficos que podem nos contar uma história consistente do contexto e dos assuntos retratados, permitindo-nos ver e entender todos os aspectos dessa realidade emoldurada. No entanto, para que essa impressão tenha um impacto duradouro, ela precisa despertar perguntas em nós, para que possamos continuar a contestar o sistema que tira a liberdade das mulheres em relação a seus próprios corpos e as fecha, tornando seu sofrimento invisível do lado de fora.

**Design é comunicação e
comunicação é uma forma de ativismo.**

“Há algo de profundamente traumático no fato de se perceber, como uma jovem mulher, que você anda pelo mundo e, por mais pessoas do que você imaginava, é vista como uma presa e não como uma pessoa”

— BUSH, Sophia. 2022.

Métodos & Abordagens de Pesquisa

Além da revisão de literatura que baseia toda a análise teórica do tema principal do projeto, foi realizada a análise de dados já coletados por fontes renomadas sobre o assédio sexual no Brasil, assim como um formulário de pesquisa e entrevista com profissionais relevantes para o tema durante o desenvolvimento da etapa de pesquisa.

2.1 Relatório Visível e Invisível

“Que mulher nunca atravessou a rua com medo de passar em frente a um grupo de homens e ouvir comentários desrespeitosos? Ou pensou duas vezes antes de sair de casa com determinada roupa para pegar o transporte público, com receio de ser apalpada contra a sua vontade?”

Desde 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) desenvolve uma ampla pesquisa em parceria com o Instituto Datafolha como forma de sondar a situação da violência contra mulheres e meninas no país. Para sua 4ª edição de 2023, patrocinada pela Uber, o relatório intitulado Visível e Invisível: A Vitimização das Mulheres no Brasil demonstra um cenário pandêmico de violência de gênero no Brasil, com foco na violência doméstica e no assédio sexual. O foco da análise se deu principalmente na parte do relatório sobre assédio sexual.

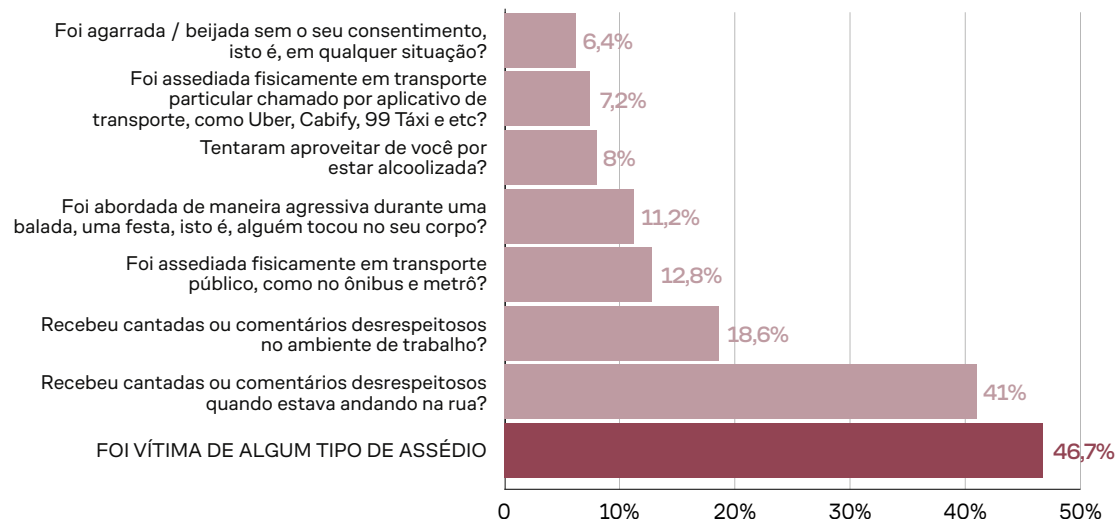
“Em comparação com as pesquisas anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado no último ano. Agressões físicas, ofensas sexuais e abusos psicológicos se tornaram ainda mais frequentes na vida das brasileiras. O assédio sexual, seja no ambiente de trabalho ou no transporte público, atingiu recordes inimagináveis. E, ainda que não se possa hierarquizar os traumas provocados pelas diferentes modalidades de violência, o fato é que estamos diante de um crescimento agudo de formas graves de violência física, que podem resultar em morte a qualquer momento.”

Uma pesquisa realizada pela organização Think Olga como parte da campanha “Chega de Fiu Fiu” demonstrou que 99,6% das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de assédio. O documento ressalta como o direito de a mulher ir e vir na cidade é constantemente cerceado e permeado por medo e constrangimento. Sendo presente desde a primeira edição da pesquisa Visível e Invisível, em 2017, o cenário trazido pela vitimização de mulheres que experimentaram alguma forma de assédio sexual aponta para a marca estrutural da violência de gênero,” afirmam os autores, “que vem persistindo ao tempo, atravessa o sistema jurídico-penal sem necessariamente ali encontrar solução e vem nefastamente naturalizando o abuso contra meninas e mulheres.”

Entre os principais achados presentes no relatório cujos dados representam o ano de 2022 é que, apenas nesse período, 46,7% das mulheres brasileiras de 16 anos ou mais sofreram alguma forma de assédio sexual. Projetando este percentual para o universo da população, estamos falando de 30 milhões de mulheres que foram assediadas sexualmente no ano de 2022. A conduta mais frequentemente citada foi a cantada e os comentários desrespeitosos na rua, experimentado por 4 em cada 10 mulheres (26,3 milhões).

A segunda forma de assédio mais frequente foi a cantada ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho, citado por 18,6% da população feminina (11,9 milhões), seguido do assédio com contato físico no transporte coletivo, citado por 12,8% das mulheres (8,2 milhões). Se o imaginário popular tende a pensar o assédio sexual como algo restrito a festas ou bares, é interessante notar que os três locais mais frequentemente citados são a rua, o trabalho e o transporte público.

Gráfico 1: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Projeção populacional.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

Ser tocada contra a sua vontade em uma festa ou balada apareceu em quarto lugar, citado por 11,2% das entrevistadas, o que corresponde a 7,2 milhões de mulheres. 8% das entrevistadas afirmaram que alguém tentou se aproveitar delas por estarem alcoolizadas (5,1 milhões), 7,4% relataram ter sido assediadas em transporte por aplicativo, como Uber, 99 táxi e outros (4,7 milhões) e 6,2% foram agarradas e/ou beijadas à força (3,9 milhões).

Tabela 1: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Projeção populacional.

	Prevalência	ME	MIN	MÁX	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
SOFREU ALGUMA	46,7	3,4	43,3	50,1	27.874.179	30.075.998	32.277.818
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua?	41	3,4	37,6	44,4	24.224.026	26.394.493	28.564.961
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho?	18,6	2,7	15,9	21,3	10.271.609	11.989.455	13.707.300
Foi assediada fisicamente em transporte público, como no ônibus e metrô?	12,8	2,3	10,5	15,1	6.748.864	8.221.648	9.694.433
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo?	11,2	2,2	9	13,4	5.815.332	7.206.609	8.597.887
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada?	8	1,9	6,2	9,9	3.963.626	5.161.977	6.360.327
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, Cabify, 99 Táxi e etc?	7,4	1,8	5,6	9,2	3.588.294	4.740.791	5.893.287
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação?	6,2	1,6	4,5	7,8	2.903.532	3.964.259	5.024.985
Were not a victim of harassment	52,3	3,4	48,9	55,7	31.478.066	33.682.347	35.886.629

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

Além da gravidade dos dados apresentados, considerando sua magnitude, preocupa ainda que a análise da série histórica indique os maiores níveis de prevalência por assédio sexual já relatados ao longo de todas as pesquisas. Comparando a atual pesquisa com os dados de 2021, o crescimento na prevalência de assédio foi de 9 pontos percentuais, passando de 37,9% para 46,7%. Neste período, todas as formas de assédio listadas apresentaram crescimento.

Tabela 2: Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017 - 2023.

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023
Were a victim of some type of harassment	40,2	37,1	37,9	46,7
Recebeu cantadas, comentários desrespeitosos quando estava andando na rua?	35,6	32,1	31,9	41
Recebeu cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho?	13,3	11,5	12,8	18
Foi assediada fisicamente em transporte público, como no ônibus e metrô?	10,4	7,8	7,9	12,8
Foi abordada de maneira agressiva durante uma balada, uma festa, isto é, alguém tocou o seu corpo?	6,2	6,2	5,6	11,2
Tentaram aproveitar de você por estar alcoolizada?	5	5	5,4	8
Foi assediada fisicamente em transporte particular chamado por aplicativo de transporte, como Uber, Cabify, 99 Táxi e etc?	-	4	5,2	7,4
Foi agarrada / beijada sem o seu consentimento, isto é, à força, em qualquer situação?	3,7	3,3	4,6	6,2
NÃO FOI VÍTIMA DE ASSÉDIO	59,4	61,6	61,4	52,3

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres.

2.2 Formulário de pesquisa on-line: (Como) o Brasil vê o assédio sexual?

Para o primeiro volume desse projeto, foi desenvolvida uma pesquisa on-line lançada em 14 de abril de 2024, com o título “(Como) o Brasil vê o assédio sexual?”. Os principais objetivos eram entender as impressões dos brasileiros sobre o tema, avaliar o nível de conscientização e obter uma visão sobre a propagação desse assunto na mídia e o contato atual com informações sobre o tema. O questionário foi estruturado em português e divulgado por meio de conversas em grupos no *Whatsapp*, postagens no *Instagram* e *stories*. A intenção era obter o público mais diversificado possível, considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais, o que culminou em um alcance de 211 pessoas de 16 estados brasileiros de todas as regiões e pessoas de 18 a 70 anos participando.

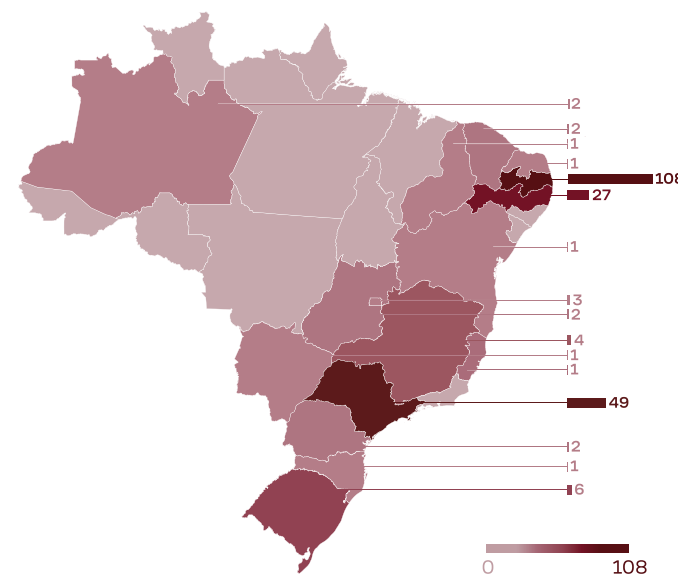
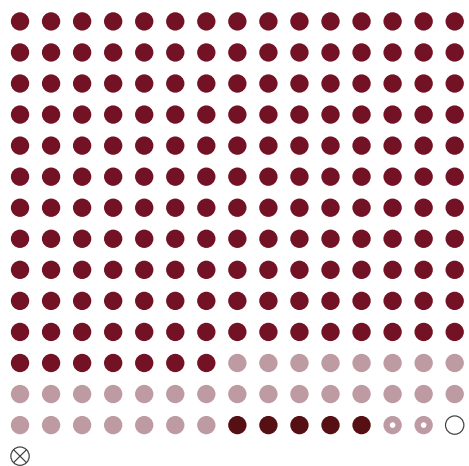


Gráfico 2
Distribuição geográfica do formulário de pesquisa on-line por estado no Brasil. Escala de 0-108 representando o número de pessoas que participaram. (Elaborado pela autora)

Em relação ao gênero, a pesquisa contou com uma maioria de mulheres cisgênero, com um total de 172, representando 81,5% do público total. 30 homens cisgêneros e 2 transgêneros constituíram 15,1%, seguidos por 5 pessoas não binárias, ou 2,4%, e 1 transgênero, que representa 0,5% de todo o grupo. 1 pessoa preferiu não informar seu gênero.



- Mulher cisgênero
- Homem cisgênero
- Homem transgênero
- Não-binário
- Agênero
- ⊗ Não informado

Gráfico 3
Distribuição de perfil de gênero do formulário de pesquisa on-line

A terceira seção da pesquisa foi sobre a experiência pessoal dos participantes com assédio sexual. A primeira pergunta foi “Você já experienciou ou conhece alguém que já foi vítima de assédio sexual?”.

Das mulheres que declararam já ter sofrido assédio sexual, 82% delas, apenas uma não conhecia outra pessoa que também tivesse sido vítima.

Das 32 mulheres (18%) que não sofreram assédio anteriormente, 26 (81%) confirmaram conhecer pessoas que sofreram. Inversamente, quando se trata de homens cis, 70% deles disseram nunca ter sido vítimas de assédio sexual, mas 66% desse grupo conhecem alguém que já foi. A porcentagem de homens que já foram assediados é de 9 dos 30 (30%), e todos eles conhecem pessoas que também foram vítimas.

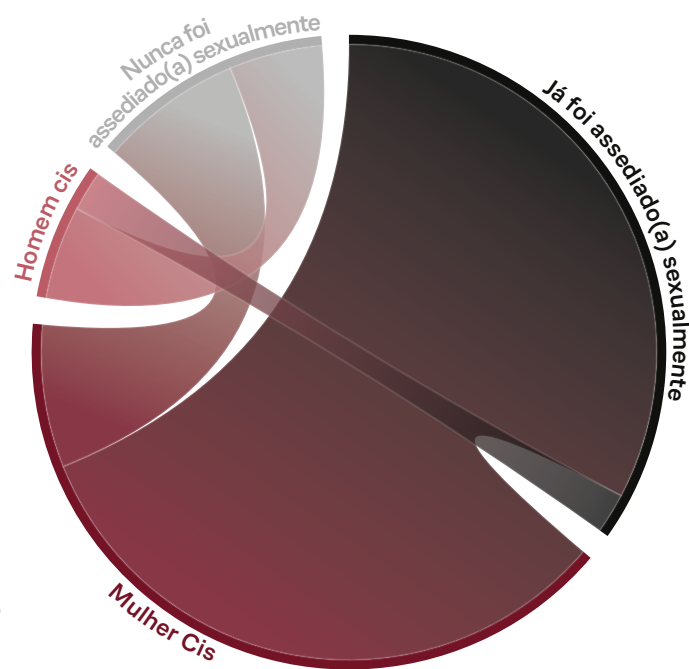


Gráfico 4
Proporção de vítimas de assédio sexual por gênero. Mulheres e homens cisgênero. (Elaborado pela autora)

O aspecto mais relevante das respostas à pergunta segunda pergunta, que questionou em que ambiente se deu o episódio de assédio sexual experienciado ou testemunhado, é a grande prevalência de casos de assédio sexual ocorridos em espaços públicos, incluindo também o contexto do transporte público.

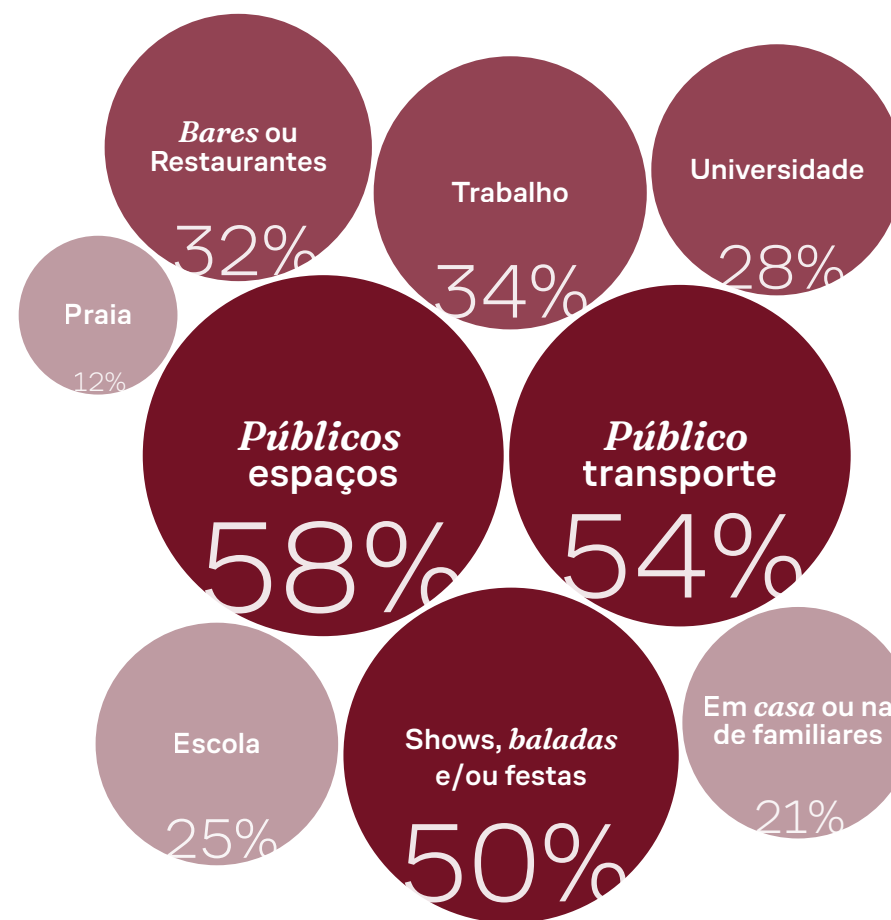


Gráfico 5
Ocorrência de casos de assédio sexual por lugar (Elaborado pela autora)

Em seguida, a quarta seção da pesquisa tinha como objetivo principal sentir não apenas a experiência recente dos participantes, mas também investigar como a presença ou ausência do medo relacionado ao assédio sexual afeta nossas vidas e comportamentos. Para os dois tipos de opções de cenários, o primeiro sendo possíveis ações evitadas para impedir que um possível assédio sexual aconteça consigo mesmo, e o segundo uma lista de algumas condutas inadequadas que se enquadram na definição dessa violência, os resultados para homens e mulheres foram totalmente opostos, no que se refere a ter ou não experimentado. Enquanto exatamente 90% dos homens cis não tomaram nenhuma decisão para evitar que fossem expostos a algum tipo de assédio, 93% das mulheres o fizeram.

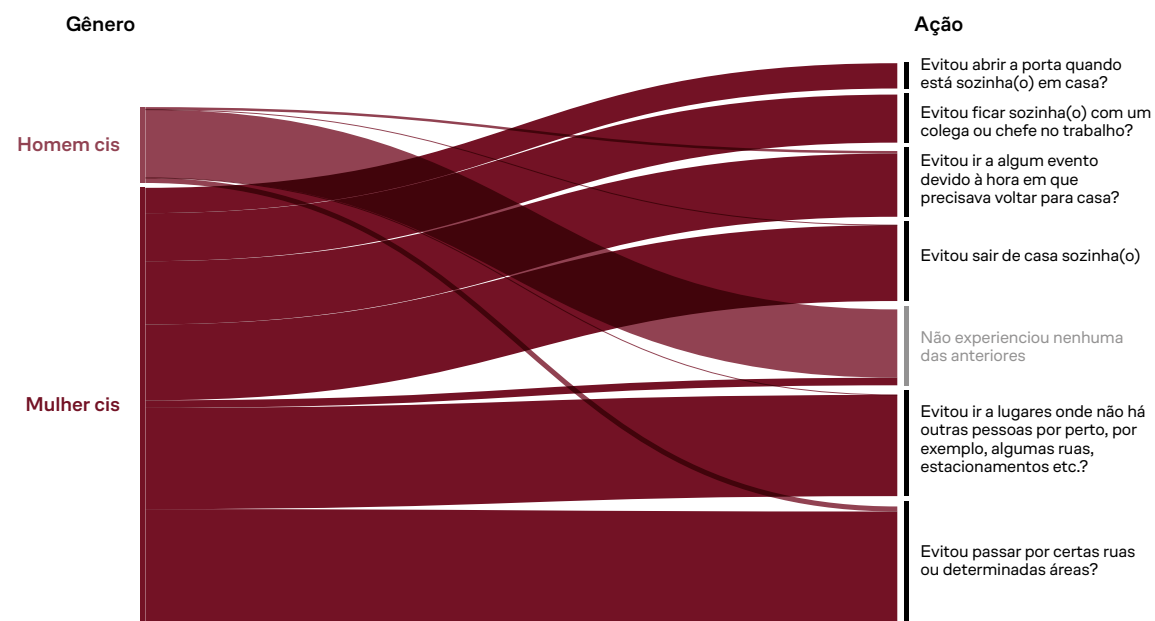


Gráfico 6
Experiência nos últimos 12 meses (comportamentos preventivos), por gênero. (Elaborado pela autora)

2.3 Entrevistas

Com o intuito de entender a questão sob a ótica do Direito, tive a oportunidade de entrevistar a juíza federal Dra. Rejane Jungbluth Suxberger, que atua na vara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que trata da violência contra a mulher, especificamente nos casos de violência doméstica. Levando em conta que o assédio sexual é considerado crime no Brasil, podendo o assediador condenado pegar de 1 a 2 anos de prisão, aproveitei a chance para conversar com ela sobre a eficiência da punição legal no combate a um problema tão recorrente como esse. Ela já escreveu e publicou livros e artigos sobre questões de gênero e é uma grande contribuinte para o debate feminista e de direitos das mulheres no país.

Além disso, conversei com Jules de Faria, autora e idealizadora de uma das maiores campanhas projetuais contra o assédio sexual em espaços públicos brasileiros. A “Chega de Fiu Fiu” é uma campanha de combate ao assédio sexual em espaços públicos lançada pela organização Think Olga em 2013, inicialmente mobilizada nas redes sociais, onde o movimento ganhou força com a participação maciça das mulheres. Com a expertise adquirida na campanha, a Think Olga se tornou uma importante voz contra o assédio no Brasil, estabelecendo parcerias para a criação de diversas iniciativas de conscientização sobre o tema. Criaram também o mapa Chega de Fiu Fiu, que identifica os locais onde ocorrem abusos, e o *e-book* “Meu Corpo Não é Seu”, um ensaio sobre a violência contra a mulher. Em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, desenvolveram a Cartilha sobre Assédio Sexual. Em 2018, foi lançado o documentário Chega de Fiu Fiu, que mostra o cotidiano do assédio e discute se as cidades foram feitas para as mulheres

Existe um silêncio em torno da nossa invisibilidade nos espaços que acaba culminando nessa baixa representatividade que nós temos nas esferas de decisão. E esse problema acaba retroalimentando, ou seja, quanto menos se fala, mais violência vai estar dirigida a nós. E quanto menos se mostra, menos receptivo é todo o sistema

Eu vejo a importância que é cada vez que se fala, cada vez que se estuda. Cada vez que se mostra, que se traz esses números à tona, para que a gente não permaneça nessa invisibilidade

O código falha da forma mais gritante que existe quando ele define que esses crimes ocorrem exclusivamente em função de um suposto desejo do ofensor de obter uma recompensa sexual, mas a gente sabe que o assédio pode ocorrer por simples incômodo, muitas vezes a intenção do agressor é puramente discriminatória

— Dra. Rejane Jungbluth Suxberger

Mulher é histérica? Mulher se justifica como histérica? Fala alto? E eu digo assim, realmente nós falamos alto, nós somos histéricas. Porque nós precisamos ser histéricas para sermos ouvidas. Nós precisamos falar alto para que a nossa fala não seja interrompida

A misantropia vem a partir da criação de um ambiente que ele quer transformar em inóspito, no qual o recado que se pretende transmitir, ainda que seja inconsciente, é de que aquela mulher deveria permanecer na esfera privada dela de domicílio

Nós ainda somos tidas a todo tempo como objetos, mesmo. Como se fosse permitido gritar conosco em ambientes de trabalho, assediar moralmente e sexualmente. Então, existe a importância de dar visibilidade a essa violência, para que a gente consiga sair desse lugar de objetificação

Tem como a gente mostrar o que está acontecendo para que as pessoas falem mais sobre isso e a gente tire essa capa de invisibilidade da conversa

Trazer dados para uma questão de violência de gênero, é super importante, porque a gente já passa por vários vieses, vários preconceitos. As pessoas já não querem aceitar muitas das reclamações que os grupos minorizados fazem. Então, quando a gente traz dados, aí é discutir consciência

— Jules de Faria

O que motivou os veículos foi uma mobilização social. Não teve como ignorar. As mulheres começaram... Você sabe aquela gota d'água que faz toda a água depois desaguar? Quando caiu essa ficha de que essa importunação sexual não era algo que a gente deveria só aceitar, e que era uma violência que incomodava muito, as mulheres começaram a falar sobre isso nas redes sociais, em um lugar que era de segurança para elas.

“Uma voz é algo poderoso. Ela pode iluminar algo que está escondido na escuridão. Ela pode mudar a maneira como as pessoas pensam, o que pode mudar a maneira como as pessoas agem. Mas ela não pode fazer nada se você ficar em silêncio.”

—MAISEL, Midge. Rumble on the Wonder Wheel, A Maravilhosa Sra. Maisel, 18 fev. 2022.

O Projeto

3.1 Conceitualização

Para a concepção do projeto foi selecionada uma amostra dos dados coletados durante a etapa de pesquisa para se ser o conteúdo da visualização final projetada. Ao analisar tanto os dados sobre assédio sexual que reuni tanto pelo formulário de pesquisa como de fontes secundárias, percebi que uma seção específica de resultados demonstravam um tema de grande impacto nas ações cotidianas na vida das vítimas, porém que eu nunca tinha presenciado ser debatido publicamente. A pergunta da seção 4 no meu formulário de pesquisa autoral era: “Nos últimos 12 meses, você fez alguma das seguintes coisas por medo de ser sexualmente assediada(o) física ou verbalmente?”. Entre as seis alternativas, 93% das mulheres assinalaram pelo menos uma, com maior frequência de “Evitou passar por certas ruas ou determinadas áreas”, “Evitou ir a lugares onde não há outras pessoas por perto, por exemplo, algumas ruas, estacionamentos etc.,” “Evitou sair de casa sozinha(o)” e “Evitou ir a algum evento devido à hora em que precisava voltar para casa”, respectivamente.

O sentimento da iminência de ser vítima do assédio sexual muitas vezes assume o controle das nossas ações, mas a frequência com que tomamos atitudes baseadas no medo faz esse esforço ser interpretado como normal, ao ponto de automatizar nosso comportamento. Espaços e transportes públicos são palco da grande maioria de casos de assédio sexual ao mesmo tempo que são o meio para a inserção na sociedade, sendo assim praticamente inevitáveis. Mulheres passam por ruas, praças, pontos de ônibus e estações de metrô todos os dias pela necessidade de conviver em sociedade, porém a recorrência do assédio sexual que as fazem passar oportunidades de acessarem o ambiente público, as cidades onde moram, locais onde trabalham, lugares de lazer e socialização. É uma violação discriminada do direito à liberdade.

3.2 Materialização

A solução formal foi derivada da análise do que constitui ambientes públicos em que mulheres estão frequentemente mais vulneráveis ao assédio sexual. Em meio a correria cotidiana que impulsiona multidões indo e voltando pelas ruas, calçadas, praças, transportes etc., estão vítimas e assediadores despercebidos ou ignorados pelo público à sua volta. Como é característico de uma violência simbólica, a naturalização dessa agressão a faz velada, o que exige o pensamento crítico como ponto de partida para sua identificação e questionamento. É preciso mudar nossas perspectivas sobre o que acontece ao nosso redor todos os dias, e tentar enxergar o peso do véu que as vítimas carregam.

Assim, os dados se materializaram em uma série de placas de material translúcido, em que cada uma representa uma mulher que respondeu à pergunta “Nos últimos 12 meses, você fez alguma das seguintes coisas por medo de ser sexualmente assediada(o) física ou verbalmente?” E quais alternativas ela selecionou.

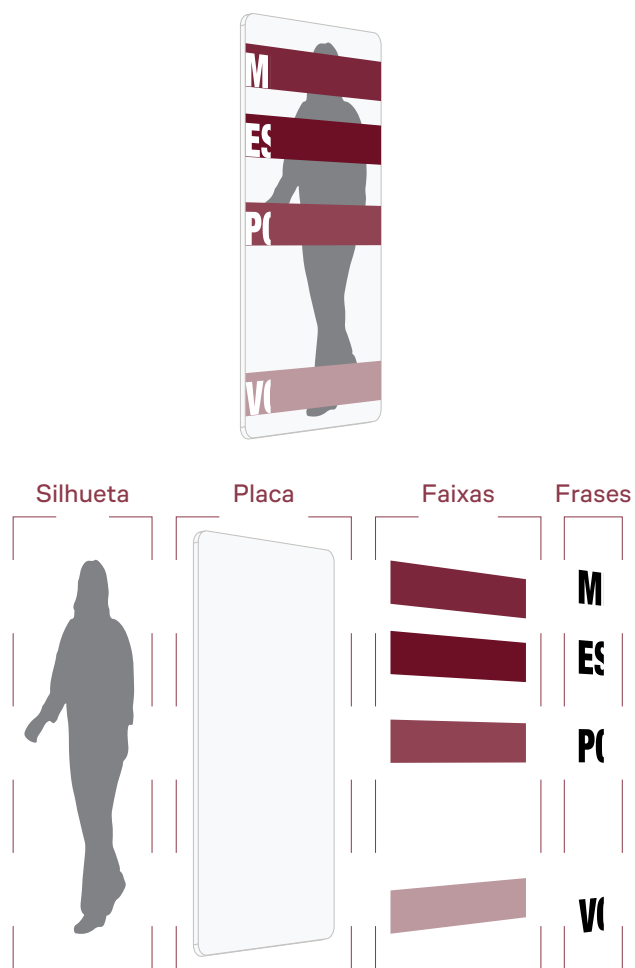


Figura 2
Módulo da representação de dados e componentes em perspectiva explodida. (Elaborado pela autora).

3.3 Elementos da visualização

3.3.1 Placas

Composto por 86 placas translúcidas enfileiradas, a visualização levou em conta a proporção de pessoas, especificamente mulheres, que assinalaram uma das quatro alternativas selecionadas ou afirmaram não ter tido nenhum dos comportamentos. Uma angulação de 30° em torno de cada um de seus eixos proporciona a dinamicidade da composição.

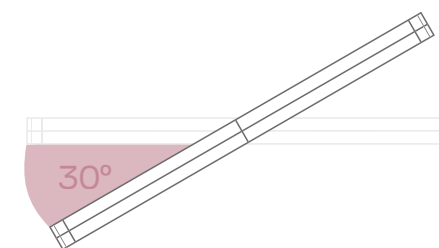


Figura 3
Placa modular angulada. Vista superior. (Elaborado pela autora).

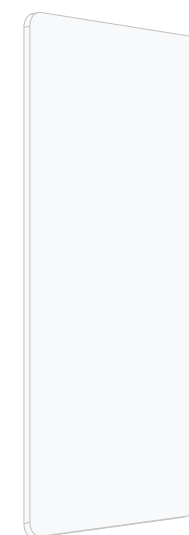


Figura 4
Placa modular angulada. (Elaborado pela autora).

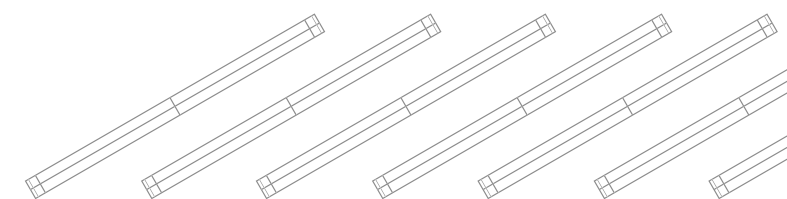


Figura 5
Placas modulares anguladas enfileiradas semelhante ao produto final. Vista superior. (Elaborado pela autora).

3.3.2 Silhuetas

Com o objetivo de representar o grupo que respondeu à questão, cada placa da visualização tem uma silhueta de um corpo correspondentes ao gênero feminino. São 8 variações de mulheres comuns, sempre em pé e/ou em uma pose como se estivessem andando, fazendo referência ao trânsito de pedestres em espaços públicos das cidades.



Figura 6
Variações de silhuetas.
(Elaborado pela autora).

3.3.3 Faixas & Frases

Cada alternativa de resposta foi representada por uma faixa que cobre alguma parte do corpo da mulher representada por uma silhueta, com o foco nas mais vulneráveis - rosto, busto, virilha e pés - todos afetados pela opressão do assédio, seja por serem alvo de comentários ou violações físicas, como também nossa forma de locomoção representando o comprometimento da nossa liberdade de ir e vir. As frases originais para as respostas foram modificadas, agora ilustradas por pensamentos comuns que vêm à cabeça quando precisamos tomar decisões baseadas no medo de ser assediadas, e posicionadas na faixa correspondente.

FAIXA 1: “Melhor não ir sozinha” (Evitou sair de casa sozinha)

FAIXA 2: Essa rua não parece segura (Evitou passar por certas ruas ou determinadas áreas)

FAIXA 3: Por ali tem mais gente (Evitou ir a lugares onde não há outras pessoas por perto, por exemplo, algumas ruas, estacionamentos etc.)

FAIXA 4: “Voltar tarde é complicado” (Evitou ir a algum evento devido à hora em que precisava voltar para casa)

As composições do número de faixas e sua posição variam de acordo com a escolha de cada pessoa que respondeu à pesquisa, havendo as seguintes variações de módulos:

C32 M98 Y66 K31
R133 G27 B57
#851B39

C30 M100 Y77 K41
R120 G16 B39
#781027

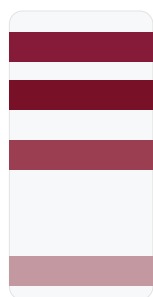
C31 M86 Y55 K17
R155 G62 B82
#9B3E52

C24 M43 Y27 K0
R195 G152 B160
#C398A0

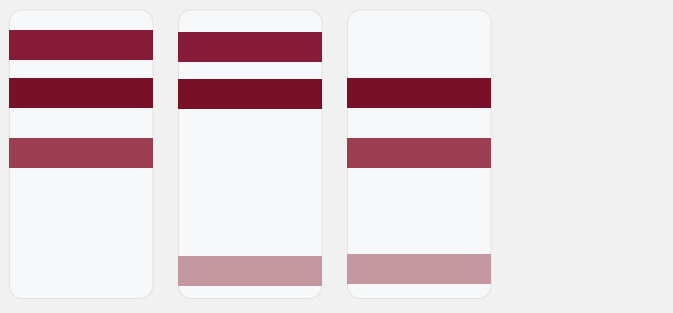
Respostas selecionadas

Combinações de respostas por pessoa

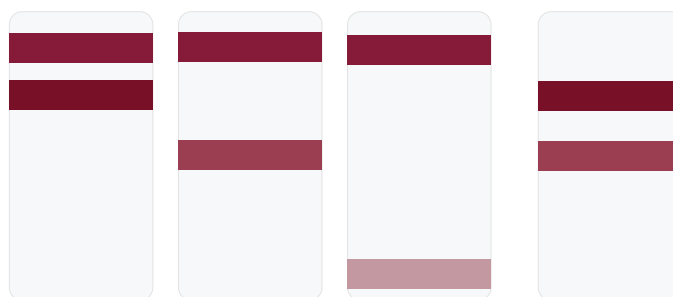
4
(Todas)



3



2



1

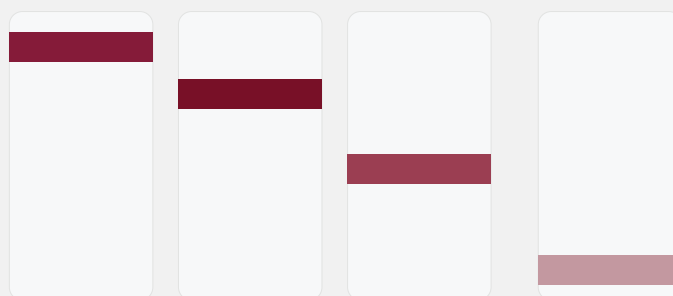


Figura 7
Variações de combinações de respostas.
(Elaborado pela autora).

O posicionamento em sequência e a angulação de cada placa permite que 4 frases sejam lidas dependendo do ângulo em que são vistas. A ideia é que, assim como em espaços públicos onde há um movimento constante de pedestres, a interação com o artefato dependa desse mesmo deslocamento para que seja compreendido. Além disso, é possível que em ângulos específicos não se veja nada, apenas o espaço vazado entre cada componente, o que faz alusão à característica de invisibilidade do problema do assédio sexual em si.

MELHOR NÃO IR SOZINHA
ESSA RUA NÃO PARECE SEGURA
POR ALI TEM MAIS GENTE
VOLTAR À NOITE É COMPLICADO

Figura 8
Seções de divisão das
frase para o protótipo.
(Elaborado pela autora).

HELVETICA COMPRESSED

Aa Bb Cc Dd Ee Ff Gg Hh Ii Jj Kk Ll Mm Nn
Oo Pp Qq Rr Ss Tt Uu Vv Ww Xx Yy Zz
0123456789



Resultados Finais

Este capítulo apresenta os resultados finais de concepção do projeto a partir de protótipos obtidos por modelagem 3D. As primeiras imagens correspondem a diferentes ângulos de visão da visualização de dados e, seguida, suas aplicações em ambientes reais que simulam a construção de uma intervenção física do projeto.

O objetivo é que sirva sua materialização sirva para diferentes escalas, já que não compromete o entendimento do seu significado, porém, ao amplificar para a escala próxima à humana, e quando posto em ambientes públicos com pedestres ao seu redor, seu impacto pode ser, também, engrandecido.

A escolha das paisagens reais se deu primeiramente pelo critério de representarem espaços reais com movimentação de pessoas e pedestres e, secundamente, pelo seu significado. A ideia é mostrar como pode ser aplicado a diferentes contextos em diferentes partes do Brasil e do mundo, principalmente considerando que a problemática do assédio sexual não distingue fronteiras e se faz presente em diferentes países.

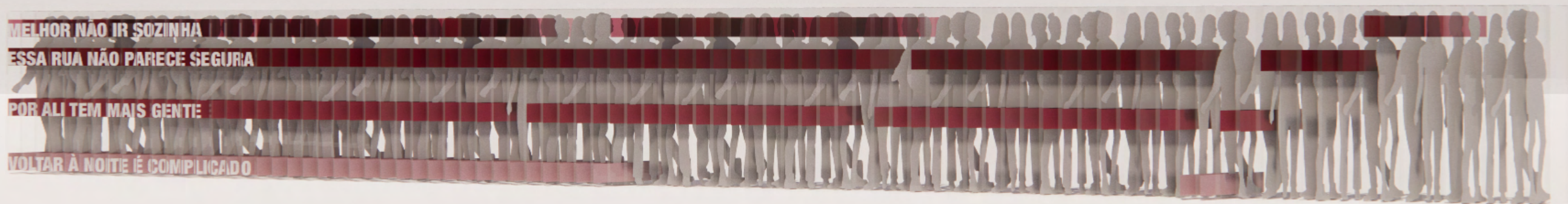


Figura 9: Overview do produto final.
(Elaborado pela autora).

VELHOR NAO IR SOZINHA
ESSA RUA NAO PARECE SEGURO
POR ALI TEM MAIS GENTE
EVITAR A NOITE É COMPLICADO

Figura 10: Perspectiva das frases.
(Elaborado pela autora)



Figura 11: Perspectiva de ângulo legível.
(Elaborado pela autora).

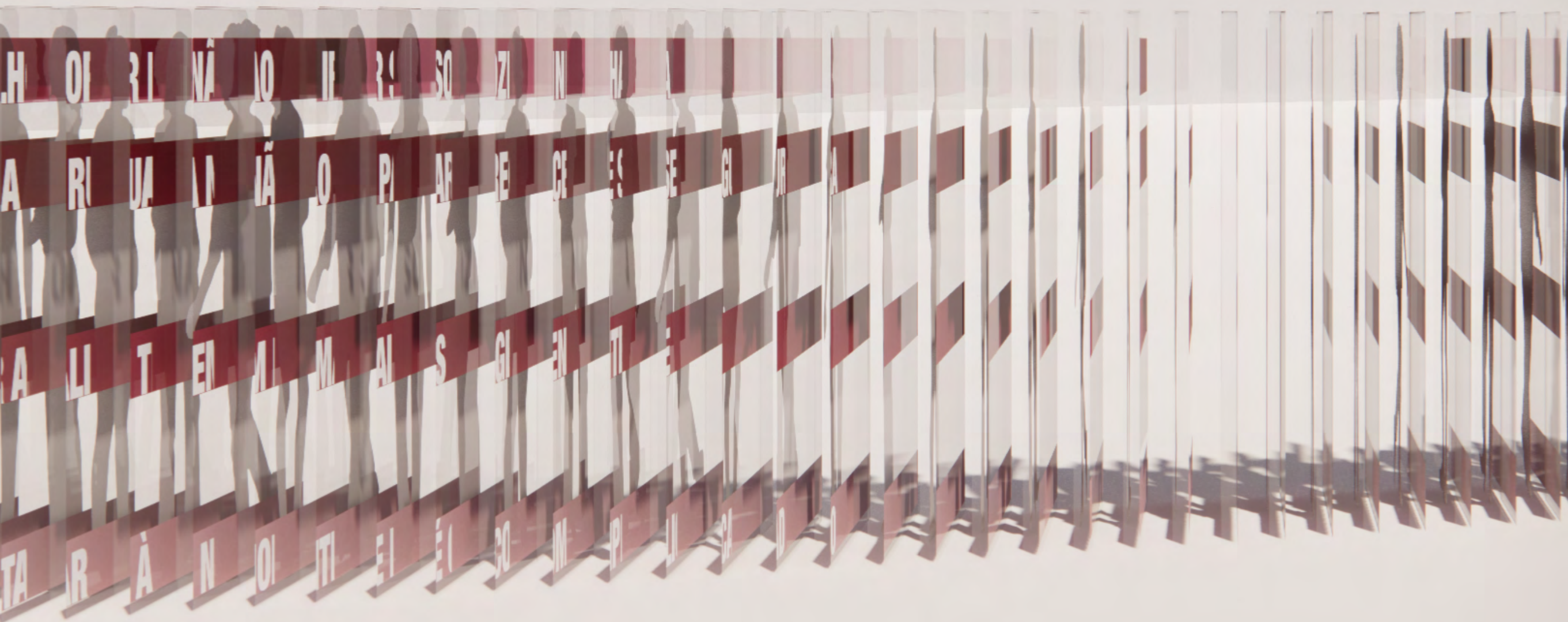


Figura 12: Perspectiva em que se percebe espaços vazios.
(Elaborado pela autora).



Figura 13: Protótipo aplicado em contexto.
(Elaborado pela autora).

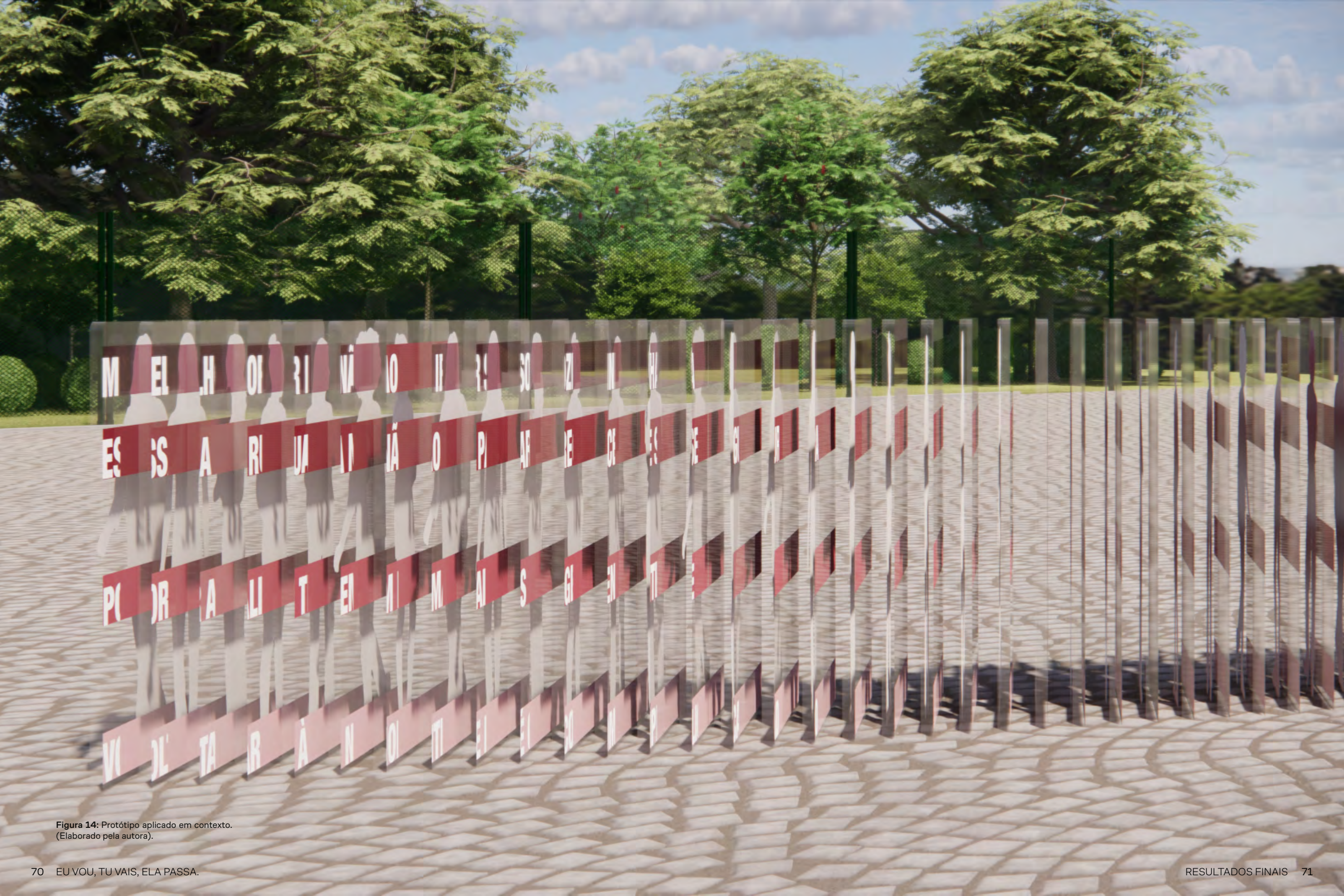


Figura 14: Protótipo aplicado em contexto.
(Elaborado pela autora).

Piazza del Duomo
Milão, Itália



Figura 15: Protótipo aplicado ao contexto. Milão, Itália.
Foto: Dominik Gehl.

FAU USP
São Paulo, Brasil



Figura 16: Protótipo aplicado ao contexto. São Paulo, Brasil.
Foto: Mike Peel.

Praça dos Três Poderes
Brasília, Brasil



Figura 17: Protótipo aplicado ao contexto. Brasília, DF.
Foto: Cassiano.



MELHOR NÃO IR SOZINHA

ESSA RUA NÃO PARECE SEGURA

POR ALI TEM MAIS GENTE

VOLTAR À NOITE É COMPLICADO

O primeiro sol das Alencaras

Figura 18: Protótipo aplicado ao contexto. João Pessoa, Paraíba.
Foto: Melhores Destinos



Considerações Finais

Este trabalho se propõe a entender as raízes de um problema que se manifesta no Brasil em escalas epidêmicas, com o objetivo de explana-lo interdisciplinarmente para que sejam identificadas maneiras de combatê-lo. O assédio sexual penetra a vida das meninas desde uma idade muito nova, em que mal entendemos nosso lugar na sociedade, mas cada comentário invasivo, assobio na rua, passada de mão na multidão do ônibus, entre outras manifestações, introduz em nós a noção de, que por mais pessoas do que pensamos, somos vistas como presa, ao invés de pessoa. Como propriedade alheia, antes mesmo de sermos propriamente nossas.

Sentimos no corpo, na mente e no comportamento as mais adversas consequências, mas o que sentimos como uma sociedade “cega” para problemas de grupos minorizados como são as mulheres em todas as suas variações de cor, idade e formas, nos faz encará-las como normalidade.

O resultado final do projeto propõe incentivar um debate que eu nunca vi ser abordado antes: os diferentes graus de interferência na nossa vida rotineira proporcionadas apenas pelo medo de sermos assediadas sexualmente. A quantos lugares deixamos de ir? De quantos caminhos desviamos? Quantas rotas tornamos mais longas? De quantos momentos de lazer nos privamos? Apesar de não existir ainda dados que respondam essas questões, espero que elas e outras indagações que possam ter emergido após o contato com este trabalho contribuam para trazer esse assunto à tona em debates públicos.

Uma das principais coisas que aprendi durante dois semestres de estudos dedicados ao tema, é que as violências que se enquadram como “simbólicas”, segundo o conceito de Pierre Bourdieu, seguem sendo perpetuadas, em suma, pela sua falta de reconhecimento devido a uma naturalização que a exclui de discussões e contestações na sociedade como um todo. É um problema de invisibilidade cultural, enraizado na falta de democratização de dados. Ou seja, um problema de design da informação.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, esta tese não teria sido possível sem o apoio imensurável dos meus pais, Wilma e Cláudio. Obrigada por me permitirem voar distâncias que nunca pensei ser capaz de alcançar. Minhas conquistas vêm da força que herdei de uma família de mulheres fortes, minha avó paterna Maria de Lourdes, que não cheguei a conhecer, mas sempre foi uma inspiração na minha vida; minha avó materna, Maria da Luz, cuja força conheci pelas histórias que minha mãe me contava sobre ela, e por vê-la espelhada na minha própria mãe. Minha irmã, Malu, que teve coragem de ir para São Paulo estudar, antes mesmo de eu saber que isso era uma possibilidade alcançável. Minhas tias, em especial Claudete, minha tia Deta, cuja resiliência e carinho me presentearam com um vislumbre de quem foi minha avó.

Em segundo lugar, às minhas amigas Larissa, que não pensou duas vezes antes de me oferecer sua ajuda quando eu estava na maior das crises criativas em meio ao desenvolvimento deste trabalho, e Duda, que tanto contribuiu para que eu alcançasse um protótipo final tão fiel ao que eu tinha idealizado. Obrigada por me impulsionar até aqui, o apoio de vocês de hoje e sempre foi mais que essencial.

Aos meus amigos de João Pessoa e São Paulo, em especial Caio e Yara, obrigada por não deixarem que +7.300km e um oceano inteiro no meio do caminho fizessem qualquer diferença na forma como vocês estão sempre ao meu lado. Isso também vale para meus primos e primas, especialmente Rafa e, felizmente agora parte família também, Milena.

A todos que fizeram parte da minha jornada na FAU, onde cheguei vinda do outro lado do país sem conhecer ninguém, aos meus amigos do curso de design, especialmente Leo, Carol, Letícia, Emily, obrigada por toda a companhia, trabalhos em grupo intermináveis, horas extras na faculdade e pela amizade de vocês. Às minhas amigas da arquitetura, Jaque, Duda e Vitória, que tive a sorte de encontrar graças ao vôlei, a companhia de vocês foi indispensável e eu não imagino ter sobrevivido à faculdade sem vocês.

Agradeço também ao meu time do coração, meu VF, muito obrigada por me receberem tão bem e me deixar brilhar com vocês. Duda, Jaque, Vitória, Mari, Babi, Beti, Clara, Leticia, Verônica, Bia, Gi, Gabi, Isa, Cami e todas as outras companheiras de time durante esses anos com quem tive o prazer de dividir a quadra e os momentos fora dela, e com quem aprendi tanto sobre meu esporte favorito. Não tem uma aula sequer que eu tenha me arrependido de faltar para ir treinar.

Aos meus amigos fauanos que tive a oportunidade enorme de conhecer só em Milão, mas que mudaram minha experiência para melhor (e muito mais cheia de risadas) Claudia, Mariano, Iara, Carol, Vitória e Pedro.

Ao professor orientador Leandro Velloso, que sempre esteve presente quando precisei de apoio. A professora Clice Mazzilli por todo o apoio durante a graduação na Itália. À minha orientadora, professora Giovanna di Rosario, que me deu a oportunidade de escrever uma tese sobre um assunto tão importante para mim. Obrigada por embarcarem comigo nessa jornada.

A Jules de Faria por não só me inspirar tanto com seu trabalho e incríveis projetos que usam o poder da criatividade em defesa dos direitos das mulheres e contra a opressão de gênero, mas também por aceitar o convite de participar da minha banca avaliadora.

À minha terapeuta, Janaina, que me apoiou constantemente em cada passo do caminho, obrigada por sempre acreditar e comemorar comigo cada conquista.

Às mulheres que vieram antes de mim, que tiveram a coragem de não se conformar e abriram tantas portas que me permitiram chegar onde estou agora.

À mulher cujo ativismo, vulnerabilidade e mais genuína bondade me inspiraram e ensinaram tanto do que sou e do que aspiro ser, que mudou tantas perspectivas minhas sempre que falou sobre o lado bom da vida—e definitivamente sem esconder o mau. Sophia Bush, obrigada por me mostrar o poder de contar histórias e como conquistar o mundo começa por sermos o nosso eu mais autêntico. Obrigada por me inspirar a não aceitar a injustiça, e me manifestar contra ela, principalmente quando ninguém mais parece se importar.

Por último, mas não menos importante, à minha maior saudade de casa, o meu cachorro e mini ser humano favorito, Rony.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- CAIRO, A. How charts lie: Getting smarter about visual information. Nova York: W.W. Norton & Company, 2019.
- COLLINS, P. H. Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.
- D'IGNAZIO, C.; KLEIN, L. F. Data feminism. Cambridge: The MIT Press, 2020.
- DISALVO, C. Adversarial design. Cambridge: The MIT Press, 2012.
- MANOVICH, L. Cultural analytics. Cambridge: The MIT Press, 2020.
- PEREZ, C. C. Invisible women: Data bias in a world designed for men. Nova York: Abrams Press, 2019.
- PLACE, A. Feminist designer: On the personal and the political in design. Cambridge: The MIT Press, 2023.
- RYAN, L. The visual imperative: Creating a visual culture of data discovery. Burlington: Morgan Kaufmann, 2016.
- BOURDIEU, P. Masculine domination. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- DE BEAUVOIR, S. The second sex. Tradução de H. M. Parshley. Nova York: Vintage Books, 1949. Obra original publicada em 1949.
- CAVARERO, A.; RESTAINO, F. Le filosofie femmine: Due secoli di battaglie teoriche e pratiche. Milão: Pearson Italia S.p.a, 2002.
- STARK, L. Visceral Data. In: SAMPSON, T. D.; MADDISON, S.; ELLIS, D. (Orgs.). Affect and social media. Londres: Rowman & Littlefield, 2018. p. 42-51.

Sitografia

- ALLEN, A. Feminist perspective on power. In: ZALTA, E. N. (Ed.). Stanford Encyclopedia of Philosophy. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- ANAHPÉduca. O que é laqueadura e o que muda com a nova legislação? Disponível em: <https://www.anahp.com.br/saude-da-saude/o-que-e-laqueadura-e-o-que-muda-com-a-nova-legislacao/>. Acesso em: 13 maio 2024.
- BUCHANAN, N. T.; FITZGERALD, L. F. Effects of Racial and Sexual Harassment on Work and the Psychological Well-being of African American Women. Journal of Occupational Health Psychology, v. 13, n. 2, p. 137-151, abr. 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18393583/#full-view-affiliation-1>. Acesso em: 18 maio 2023.
- CUENCA-PIQUERAS, C.; FERNÁNDEZ-PRADOS, J. S.; GONZÁLEZ-MORENO, M. J. Approach to Theoretical Perspectives of 'Sexual Harassment': Review and Bibliometric Analysis from Social Sciences. Frontiers in Psychology, v. 14, 2023, p. 1088469. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10232740/>. Acesso em: 18 maio 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 4ª edição. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- FITZGERALD, L. F.; GELFAND, M. J.; DRASGOW, F. Measuring Sexual Harassment: Theoretical and Psychometric Advances. Basic and Applied Social Psychology, v. 17, n. 4, p. 425-445, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247808644_Measuring_Sexual_Harassment_Theoretical_and_Psychometric_Advances. Acesso em: 18 maio 2023.
- FRAZÃO, F. Chega de fiu fiu. Disponível em: <https://fernandafrazao.com/chega-de-fiu-fiu>. Acesso em: 6 jun. 2024.
- HEALTHLINE. Female sterilization: Birth control and more. Disponível em: <https://www.healthline.com/health/birth-control-female-sterilization?c=761579567087>. Acesso em: 13 maio 2024.
- HULLMAN, J.; DIAKOPOULOS, N. Visualization rhetoric: Framing effects in narrative visualization. IEEE Transactions on Visualization and Computer Graphics, v. 17, n. 12, p. 2231-2240, 2011. Disponível em: http://users.eecs.northwestern.edu/~jhullman/vis_rhretoric.pdf.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cor ou raça. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20parda%20registrou%20um,43%2C5%25%20em%202022>. Acesso em: 6 jun. 2024.
- LIM, S.; CORTINA, L. M. Interpersonal Mistreatment in the Workplace: The Interface and Impact of General Incivility and Sexual Harassment. Journal of Applied Psychology, v. 90, n. 3, p. 483-496, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0021-9010.90.3.483>.
- McDERMOTT, K. B.; ROEDIGER, H. L. Attempting to avoid illusory memories: Robust false recognition of associates persists under conditions of explicit warnings and immediate testing. Journal of Memory and Language, v. 39, n. 3, p. 508-520, 1998. Disponível em: <https://www.cmu.edu/dietrich/psychology/memorylab/publications/10.1.1.646.3474.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.
- REVISTA GALILEU. 'Chega de fiu fiu': Filme aborda assédio e lugar da mulher no espaço público. 4 maio 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/05/chega-de-fiu-fiu-filme-aborda-assedio-e-lugar-da-mulher-no-espaco-publico.html>. Acesso em: 6 jun. 2024.

RIGHT TO BE. Bystander intervention training. Disponível em: <https://righttobe.org/guides/bystander-intervention-training>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SCHNEIDER, K. T.; TOMAKA, J.; PALACIOS, R. Women's Cognitive, Affective, and Physiological Reactions to a Male Coworker's Sexist Behavior. Journal of Applied Social Psychology, v. 31, n. 10, p. 1995-2018, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2001.tb00163.x>.

STARK, L. Data visceralization: How scientists are using sonification to make data accessible. The Atlantic, 20 maio 2014. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2014/05/data-visceralization/370899/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

THINK OLGA. Home. Disponível em: <https://thinkolga.com/>. Acesso em: 6 jun. 2024.

UN WOMEN. Violence against women: Sexual violence. Disponível em: <https://interactive.unwomen.org/multimedia/infographic/violenceagainstwomen/en/index.html#sexual-5>. Acesso em: 6 jun. 2024.

WOMEN IN DATA UK. Home. Disponível em: <https://womenindata.co.uk/>. Acesso em: 13 maio 2024.

Notas

Introdução

- UN Women. (2023, October). Forecasting time spent in unpaid care and domestic work: Technical brief. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-10/technical-brief-forecasting-time-spent-in-unpaid-care-and-domestic-work-en.pdf>
- Oxfam International. (n.d.). Not all gaps are created equal: The true value of care work. Oxfam. Retrieved June 15, 2024, from <https://www.oxfam.org/en/not-all-gaps-are-created-equal-true-value-care-work>
- AAUW. (n.d.). AAUW.org. Retrieved June 10, 2024, from <https://www.aauw.org>

Capítulo 2

- STAND UP INTERNATIONAL. Home. Disponível em: <https://www.standup-international.com/us/en/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Figuras

- | | |
|--|-----------|
| Figura 1
Fatores condicionantes da matriz de dominação em relação às forças de poder | 30 |
| Figura 2
Módulo da representação de dados e componentes em perspectiva explodida. (Elaborado pela autora). | 52 |
| Figura 3
Placa modular angulada. Vista superior. (Elaborado pela autora). | 53 |
| Figura 4
Placa modular angulada.(Elaborado pela autora). | 53 |
| Figura 5
Placas modulares anguladas enfileiradas semelhante ao produto final. Vista superior. (Elaborado pela autora). | 53 |
| Figura 6
Variações de silhuetas. (Elaborado pela autora). | 54 |
| Figura 7
Variações de combinações de respostas.(Elaborado pela autora). | 56 |
| Figura 8
Seções de divisão das frase para o protótipo. (Elaborado pela autora). | 57 |
| Figura 9
Overview do produto final.(Elaborado pela autora). | 60 |
| Figura 10
Perspectiva das frases. (Elaborado pela autora) | 62 |
| Figura 11
Perspectiva de ângulo legível. (Elaborado pela autora). | 64 |
| Figura 12
Perspectiva em que se percebe espaços vazios. (Elaborado pela autora). | 66 |
| Figura 13
Protótipo aplicado em contexto. (Elaborado pela autora). | 68 |
| Figura 14
Protótipo aplicado em contexto. (Elaborado pela autora). | 70 |
| Figura 15
Protótipo aplicado ao contexto. Milão, Itália. | 72 |

Foto: Dominik Gehl.	
Figura 16	73
Protótipo aplicado ao contexto. São Paulo, Brasil.	
Foto: Mike Peel.	
Figura 17	74
Protótipo aplicado ao contexto. Brasília, DF. Foto: Cassiano.	
Figura 18:	76
Protótipo aplicado ao contexto. João Pessoa, Paraíba.	

Tabelas

Tabela 1	41
Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Projeção populacional.	
Tabela 2	42
Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses. Série histórica, 2017 - 2023.	

Gráficos

Gráfico 1	40
Distribuição geográfica do formulário de pesquisa on-line por estado no Brasil. Escala de 0-108 representando o número de pessoas que participaram. (Elaborado pela autora).	
Gráfico 2	43
Vitimização por assédio sexual nos últimos 12 meses.	
Gráfico 3	44
Distribuição de perfil de gênero do formulário de pesquisa on-line.	
Gráfico 4	44
Proporção de vítimas de assédio sexual por gênero. Mulheres e homens cisgênero. (Elaborado pela autora).	
Gráfico 5	45
Ocorrência de casos de assédio sexual por lugar. (Elaborado pela autora).	
Gráfico 6	46
Experiência nos últimos 12 meses (comportamentos preventivos), por gênero. (Elaborado pela autora).	